

Revolução



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Pág. 3

SOBEM AS TARIFAS NOS TRANSPORTES



Pág. 8



A QUESTÃO AGRÁRIA

Pág. 10

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

"NO 25 DE NOVEMBRO INICIOU-SE UMA NOVA FASE DO PROCESSO DE LUTA"

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Camaradas,
A 25 de Novembro o primeiro passo para uma Revolução Socialista e para o poder operário e popular foi possível. Mas, as forças interessadas simplesmente em conquistar lugares no aparelho de Estado burgues, traíram irremediavelmente as forças revolucionárias; essas forças o PC, concretamente, devem ser apontadas à classe operária como traidores e carrascos da Revolução libertadora que pretendemos.

As forças militares que desencadearam o processo foram traídas pelo legalismo exasperante e pela falta de noção de correlação de forças de alguns dos seus comandantes, e também pelos aspectos defensivos que tomaram, fazendo tudo por tudo por marginalizar as forças populares, na luta por aquilo que pretendem.

Neste momento é indispensável que os operários e camponeses fardados ou não, tomem consciência do papel que lhes cabe na conquista do poder e na destruição da sociedade capitalista. O primeiro passo para que essa luta se efective, — e o desmascaramentos dos traidores e a sua consequente punição...

O movimento popular não pode perdoar àqueles que o abandonam no auge da luta por migalhas no poder estatal da

burguesia. Esses, os revolucionários devem desmascará-las, para que as massas não se voltem a atrelar a palavras de ordem e perspectiva de luta, que são lançadas apenas com o intuito de usar a sua energia revolucionária para conquistar e forçar a burguesia liberal a dividir com eles o patrelado aparelho de Estado...

Essas forças, isto que fique bem claro, não pretendem servir o povo mas servirem-se dele para conquistarem o poder.

A 25 de Novembro, iniciou-se uma nova fase do processo da luta de classes, a iniciativa cabe agora aos revolucionários e a história não perdoará aqueles que pretendem travar o impetuoso avanço dos explorados e oprimidos, contra a burguesia e suas leis de opressão. O momento é de luta e o futuro pretencer-nos-á se soubermos levar ao fim a ofensiva popular e se demarcarmos claramente as classes e seus interesses; as armas e a história esperam pelo povo e pela luta final, pela consumação da revolução socialista e da sociedade comunista.

Cada conciliação e hesitação serão fatais e os seus protagonistas: traidores dos operários, camponeses e de todos os revolucionários. Cada um, consoante a sua consciência escolherá a

trincheira que lhe couber e a história sabe o lugar que lhes reservará.

Demarcemos claramente os campos da Re-

volução e da conciliação

Pela Revolução Socialista: organizar, unir, armar — movimento po-

pular! Morte ao fascismo e todos os laços e agentes da burguesia Até à vitória final, vencer ou morrer!

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315735/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, nº 33

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, n.º 60

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, n.º 16
S.JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo, n.º 142

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40
ALGES — Rua Victor Duarte Pedroso, n. 15 — Algés de Cima
Tel. 2100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, n.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa (Colégio Frei Agostinho da Cruz)

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267/2763397/2763122

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745

QUINTA DA LOMBA — Praça Francisco Xavier

LAVRADIO — Rua dr. José Carcaño Lobo, n3 12

SINES — Rua Marques de Pombal, n.º 86

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua dr. Candido Guerreiro, n.º 35

OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64-B-C

LOULÉ — Av. José da Crsta Mealhã, n.º 39-1.º Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Assinatura

Quissem considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 90\$00
— 18\$00

Estrangeiro

ASSINATURA: Semestral — 200\$00
Anual — 400\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em vale

O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA



O VI Governo apoiado nos militares de direita que agora, controlam os postos-chave do Exército, começa a pôr em prática o seu projecto para reequilibrar a economia — fazer recair sobre as costas dos trabalhadores o custo da reimplantação das condições capitalistas de exploração. Nas últimas semanas as classes exploradas viram diminuir de modo violento o seu nível de vida com os aumentos decretados pelo Governo social-democrata. Os preços dos transportes aumentaram 40 por cento, as batatas a carne, o peixe, a manteiga, o café, o arroz, os ovos, a gasolina vêem os seus preços aumentar na vertical, enquanto são anunciados para breve aumentos substanciais nos preços da água, do leite, do gás.

Os aumentos salariais duramente disputados pelos trabalhadores são assim rapidamente eliminados pela burguesia. Depois do 25 de Abril de 1974 as reivindicações operárias e dos demais trabalhadores portugueses tinham vibrado um profundo golpe nas condições de funcionamento do capitalismo, ao fazer aumentar os salários e diminuir os lucros dos capitalistas. O VI Governo sabe que só fazendo diminuir a parte do rendimento que vai remunerar o trabalho é que encorajará os capitalistas internos e externos a investirem.

Como não se atreve, no entanto, a diminuir directamente os salários pelas repercussões político-sociais que tal teria, consegue o mesmo resultado fazendo aumentar os preços dos bens essenciais ao consumo das classes exploradas. Os trabalhadores vêem deste modo, diminuir os produtos que conseguem comprar com o salário que ganham.

O VI Governo não procura eliminar

os parasitas que encham os circuitos de distribuição e fazem subir os preços entre os produtores e os consumidores. Não está também interessado nos especuladores e os acambarcadores que fazem neste momento escassear grande parte dos produtos essenciais.

Durante o regime fascista multiplicaram-se os indivíduos ligados às actividades de distribuição os quais sem ter qualquer trabalho produtivo se limitam a sobrecarregar os preços dos bens que canalizam para os mercados. Produtos como as batatas, o arroz, peixe, carne, o vinho as hortaliças e a fruta apesar de pagas a baixo preço aos produtores passam depois por diversas mãos que procuram obter lucros fazendo subir o preço pelo que são vendidos no mercado. O spartidos sociais-democratas no Poder sabem que o ataque a estes parasitas retirar-lhes-ia a clientela eleitoral que eles disputam ferozmente entre si. Para o evitar fazem recair sobre os trabalhadores todo o peso do que chamam a política de austeridade.

Não procura o Partido Socialista que detém a maior parte dos ministérios ligados à economia, planificar a actividade económica, apesar de o Estado ser dono neste momento, de cerca de 60 por cento do capital social nas empresas portuguesas. O seu plano de recuperação económica assenta não na utilização dos recursos existentes de acordo com as necessidades das populações, mas antes na procura de condições que permitam reactivar a chamada «iniciativa privada» em que assenta a exploração capitalista.

Ao mesmo tempo decide o Governo entregar mais de 4 milhões de contos aos capitalistas antigos donos dos bancos que durante dezenas de anos sugaram os trabalhadores. A intenção é de fazer pagar os trabalhadores não

só a crise económica, motivada principalmente pelo boicote do capital, como ainda «indemnizar» a burguesia fascista à custa do sacrifício das massas trabalhadoras.

Ao fazer subir os preços de tantos produtos ao mesmo tempo os sociais-democratas têm a intenção de amedrontar as massas trabalhadoras que têm de estar atentas e de reagir. Se não se opuserem, os preços vão continuar a subir (no Chile em 1974 os preços subiram cerca de 300 por cento) tornando ainda mais duras as suas condições de vida.

Os trabalhadores têm de exigir ao Governo que planifique a actividade económica dos sectores nacionalizados, pois só assim serão devidamente aplicados os meios (em capital e em

trabalho) disponíveis. Se esta planificação não é feita é porque o Governo deve esperar entregar de novo aos capitalistas as empresas dos vários sectores. Um primeiro passo já foi aliás dado pelo Ministério do Trabalho ao querer retirar às comissões de trabalhadores as credências para gerir empresas em muitos casos abandonadas pelos capitalistas.

Só a resposta organizada dos trabalhadores é que poderá impedir a burguesia de recuperar à custa dos sacrifícios das classes exploradas o capitalismo. Devem os trabalhadores ter presente que a eliminação das conquistas já alcançadas passará por uma fase de repressão de que a repressão económica (subida do custo de vida) é um dos aspectos menos violentos.

RÁDIO CLUBE

Os trabalhadores, não aceitam a arbitrariedade.

Vinte e duas suspensões, foram efectuadas até ao momento, no Rádio Clube Português, tendo sido ouvidos pela comissão de inquérito aos «acontecimentos» do 25 de Novembro, apenas dois dos trabalhadores suspensos. A arbitrariedade de critério, que deixa antever, este tipo de comissões, preocupa os trabalhadores daquela rádio, até porque como exemplo do seu exercício, em Portugal, neste número de trabalhadores da Informação suspensos ou saneados desde o 2 de Novembro, ultrapassa os número dos militares acusados e ultrapassa qualquer número alguma vez conseguido por Salazar ou Caetano, na sua descarada repressão fascista (também) no campo da Informação.

No âmbito da sua luta, desenvolvem-se os contactos...

Entretanto, trabalhadores suspensos e não suspensos, do RCP, têm desenvolvido vários contactos, ao nível do pdr político-militar, no sentido de reivindicar o seu direito ao trabalho, como também o seu direito à participação na definição do que irá ser a rádio estatizada, no nosso país. Desses contactos é já sabida a efectivação de um encontro com o gestor da pasta da comunicação social, outro com o porta-voz do Conselho da «Revolução» e também encontros a nível das comissões administrativa e instaladora da EPR (Empresa Pública de Radiodifusão).

No entanto, o que há de concreto até ao momento, é a to, é a existência de um programa provisório de difusão nacional, que não conta com a colaboração dos trabalhadores do RCP e que bem pode ser considerado um «aborto radiofónico», alienante e desprovido de qualquer preocupação em relação ao serviço que teria de prestar às massas exploradas deste país.

PRP — COMUNICADO

Que perspectivas de luta face ao actual poder?

REPRESSÃO FASCISTA E A COBERTURA SOCIAL — DEMOCRATA

1. O actual poder político-militar reaccionário tem dado sobejas provas de que estará disposto, se para tal tiver forças, a esmagar brutal e sanguinilientamente os militantes revolucionários, a classe operária e as massas trabalhadoras. As cargas dos comandos do fascista Jaime Neves, em Caxias, o assassinato de quatro manifestantes por bandas da GNR, em Custóias, são sinais bem claros da disposição e do carácter criminoso do actual poder. O comunicado do Estado-Maior do Exército, a propósito das manifestações pela libertação dos militares progressistas presos, lembra-nos os comunicados da velha época fascista de Salazar e Caetano, pelo estilo mistificatório e pelo tom ameaçador. E também já vemos impor-

tantes personalidades da social-democracia (veja-se Sottomayor Cardia e Natália Correia) virem publicamente deturpar os acontecimentos e justificar a repressão e o crime por parte das autoridades. Mas nós já conhecemos de longa data do que são capazes estes lacaios social-democratas. Muitos foram os milhares de militantes do movimento operário que foram espancados e assassinados às ordens ou com a cumplicidade da social-democracia.

Como os mortos do dia 1 em Custóias, relembramos hoje e aqui Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, militantes revolucionários assassinados na Alemanha quando no poder estava um Governo de social-democratas (de sociais-traidores).

A CARESTIA DA VIDA

2. Os últimos meses foram de agravamento acelerado das condições de vida dos trabalhadores. Os despedimentos, o desemprego, o aumento de custo de vida são indicadores bem significativos deste estado de coisas. Mas, a partir do golpe de 25 de Novembro, a burguesia dominante (no Conselho da Contra-Revolução e no Governo) tomou medidas brutais contra as classes trabalhadoras, afim de criar as condições que permitam a reorganização do capitalismo em Portugal. O congelamento de salários, o enorme aumento do custo de vida (em geral superior a 50 por cento), os previsíveis despedimentos, são as formas principais a que o actual poder recorre para conseguir essa reorganização. E lá diz o senhor Marcelo Curto, actual secretário de Estado do Trabalho, falando como os antigos ministros das Corporações, que «os trabalhadores terão de compreender que os aumentos salariais podem não acompanhar a taxa de aumento de preços», que «a meados do corrente ano haverá uma revisão salarial que irá recuperar o aumento do custo de vida» e, ainda mais, deseja o senhor Marcelo Curto pôr os trabalhadores a controlar «a produção e a redução de salários». Será que os administradores, os doutores, os ministros e os generais também vão fazer sacrifícios, vão abdicar de privilégios, vão ser submetidos a este controlo? Será que o dinheiro gasto para pagar a mercenários vai reverter para investimentos? Será que os trabalhadores vão suportar pacificamente seis meses de fome (como contributo para a reorganização do capitalismo)? Será que com o preço de bens e serviços não essenciais, como a carne, o peixe e os transportes a subirem a tão elevada taxa, as classes trabalhadoras não irão protestar violentamente?

3. Mas reorganizar o capitalismo em Portugal não será tarefa fácil. A burguesia precisa de muitos instrumentos de que ainda não dispõe. A burguesia precisa de tempo (se nós

lho demos) para reconstruir o seu exército e as suas polícias. Contudo, a burguesia já dispõe de numerosos veículos da sua ideologia para tentar fazer aceitar às grandes massas as regras que lhes quer impor. Os meios de informação, pagos pelos trabalhadores, estão na sua quase totalidade entregues a elementos do PS ou outros reaccionários e preenchem o seu tempo e espaço com os discursos, comunicados e comentários dos patrões, chefes e vários políticos burgueses. As acções levadas a cabo e os objectivos prosseguidos pelos trabalhadores e pelos militantes progressistas e revolucionários são sistematicamente esquecidos, deturpados ou confundidos.

Por outro lado, e hoje é mais do que nunca imperioso denunciá-lo, a burguesia dispõe de um aparelho partidário, que dizendo-se comunista e ao serviço dos trabalhadores, mais não faz do que trai-los. A Direcção do PCP, pela sua longa política de traição à classe operária, de que o 25 de Novembro foi a expressão mais acabada, virá assumindo posições cada vez mais declaradamente inimigas de todas as forças revolucionárias e progressistas. A campanha de boatos e calúnias que agora leva a cabo contra a esquerda revolucionária insere-se perfeitamente no papel que a burguesia lhe reserva. Concretamente, insinua, pela boca de muitos dos seus elementos e em vários comunicados, pretensas ligações e papéis desempenhados por organizações da esquerda revolucionária no caso recente de repressão às manifestações. Felizmente, o comunicado dos próprios presos veio repôr a verdade dos acontecimentos e desmentir as torpes insinuações dos reformistas. A medida que vai ficando cada vez mais desacreditada e perdendo influência junto da classe operária e das massas trabalhadoras, o desespero apodera-se da direcção do PCP e esta será capaz de tudo — desempenhará perfeitamente o papel de provocador e de polícia ao serviço da burguesia.

LUTA CONTRA A REPRESSÃO E A CARESTIA DA VIDA

4. Quando o socialismo e a liberdade de que o actual Poder fala é o socialismo da miséria e da fome para os trabalhadores (despedimentos, desemprego, congelamento de salários e aumento de custo de vida) e de acumulação de capital para a burguesia dominante e seus lacaios e é a liberdade que os trabalhadores têm de ser espancados e assassinados pela GNR, PSP e Comandos (veja-se Caxias e Custóias) e é a liberdade de ler e ouvir a informação mentirosa e reaccionária e, mais, de pagar à PSP para ela andar no Porto a rasgar os cartazes com a informação verdadeira, que perspectivas se colocam à classe operária, às massas trabalhadoras e aos militantes revolucionários?

A perspectiva só pode ser uma. É a de uma luta dura e persistente a levar a cabo desde já nas fábricas, nos campos, nos quartéis e em toda a parte onde estejam trabalhadores conscientes e militantes revolucionários. A classe operária, que demonstrou a sua grande combatividade durante a negra noite fascista e ao longo de sucessivos governos provisórios de

colaboração de classes, os militantes revolucionários que souberam combater consequentemente na clandestinidade ou na legalidade o poder fascista e o poder burguês, certamente que não será agora que virarão a cara às duras lutas que se avizinham. As lutas contra o congelamento de salários, contra a vida cara, contra a repressão são, neste momento, formas importantes que contribuirão para a unidade e organização da classe. Além da melhoria das condições de vida a conseguir, estas lutas permitirão desmascarar e isolar os inimigos da classe infiltrados no seu seio, contribuirão decisivamente para o fortalecimento da organização autónoma da classe e para a resolução do problema da direcção política revolucionária, criando assim as condições para a construção de uma verdadeira alternativa ao capitalismo — aquela que passa pela Revolução Socialista, com a tomada e exercício do poder pelos trabalhadores.

4-1-76
Secretariado do PRP

COMÍCIO DO PRP NA MARINHA GRANDE

Decorreu com grande êxito o comício do PRP na Marinha Grande, no qual participaram Carlos Antunes do secretariado do Partido e camaradas da organização local.

O Teatro Stefanos estava completamente cheio e a assistência excedeu em muito a lotação da sala.

A habitual tentativa de boicote vinda da parte de alguns dirigentes do PCP em nada provocou o comício, pelo contrário, ajudou bastante o esclarecimento das pessoas presentes.

A tese fundamental Socialista ou o Fascismo é inevitável. Esta tese em nada foi contestada. O debate fez-se sobretudo à volta do problema de existirem ou não condições para a Insurreição e como se deviam criar. Os reformistas andaram à volta de questões insignificantes tentando sempre desacreditar a força da classe operária para a Insurreição. Discutiu-se também a questão dos Conselhos Revolucionários que para a Marinha Grande têm importância uma vez que foi aí que surgiu o primeiro conselho Revolucionário no dia 11 de Março e como resposta ao golpe de direita. E também aí que existem conselhos revolucionários eleitos, verdadeiramente unitários, onde estão militantes de vários partidos de esquerda.

Por fim houve uma proposta da parte da mesa subscrita por alguns elementos da assembleia no sentido de se fazer um debate com outros partidos.

COMÍCIOS DO PRP EM JANEIRO

- 14 — Loulé — Cinema
- 15 — Parchal (Portimão) — Sociedade de Recreio
- 16 — Olhão — Cinema
- Caldas da Rainha
- Lisboa — Clube Recreativo de Marvila (ao Bairro Chinês) 21.00 h.
- 17 — Faro — Escola Técnica
- 24 — Lagos — Casa da Cultura
- 25 — Vila Real — Lusitano
- 27 — Silves — Escola Técnica
- 28 — S. Bartolomeu de Messines — Cinema

República

Fundado por
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

DIRECTOR:
Cdr. FERREIRA DE CARVALHO

PROPRIEDADE DE EDITORAÇÃO: ALVARO CUNHAL
MARCAS MENSAGENS, S.A. - LISBOA
TELÉFONOS: 30 40 20 20 20 20 20 20 20 20

ANO 44 (2.ª SÉRIE)

N.º 13744

QUINTA-FEIRA

10 DE JULHO

1975

PREÇO 400

As causas de uma traição



Ao decidirem negociar com a antiga Administração, os trabalhadores do «República» esqueceram-se objectivamente dos milhares de operários e de explorados que, durante alguns meses, apoiaram este jornal na esperança de o colocarem, na realidade, «ao serviço da classe operária e demais povo explorado».

Esta decisão não surge, no entanto, por acaso, pelo que não deve ser interpretada simplisticamente, já que ela é o coroar de um processo em que o jornal se foi sucessivamente isolando das massas populares e durante o qual os próprios trabalhadores se sentiram traídos, uma vez que a linha política do jornal não traduzia os objectivos da luta efectuada.

Se o processo do «República» já era complexo antes do 10 de Julho (data em que o jornal reapareceu), ainda mais complexo se tornou com o aparecimento de uma nova redacção que, sendo hegemónica por elementos afectos a organizações ditas «m-l», vinculou sucessivamente o jornal a uma linha política bem determinada.

Com efeito, era patente nas páginas do jornal — desde algumas das irresponsáveis e sectárias opiniões que, escritas à guisa de editorial, eram contrárias ao próprio Estatuto Editorial, até a reportagens feitas junto de aparentemente apertadárias organizações de «vontade popular» — uma orientação que cavava a própria sepultura do jornal, na medida em que agravava a sua já deficitária situação económica (o jornal vendia-se pouco) e, mais importante ainda, isolava o «República» das massas que o haviam apoiado.

Estão longe, de facto, os tempos em que milhares de operários gritavam em frente do «República» «Informação Revolucionária ao serviço da Classe Operária», e não é apenas a mudança qualitativa operada pelo 25 de Novembro a causa dessa alteração...

Sem dúvida que o «República» foi alvo de um autêntico boicote, e seria tremendamente injusto não o reconhecer. Mas, pensamos, não foi este reacçãoário boicote a causa principal do isolamento do jornal. Privilegiar este

boicote é subestimar o autêntico sectarismo do «República».

ALIANÇAS SUICIDAS

Além disto, a situação de ilegalidade em que o jornal se encontra presentemente é, em última análise, consequência das brilhantes alianças anti-«social-fascistas» feitas por alguns dos «revolucionários» do «República».

Explicemo-nos:

A Comissão Administrativa militar foi exonerada na sequência do pedido de demissão do coronel Pereira de Carvalho, o qual, por sua vez, afirmava a sua não concordância com a orientação e o modo de funcionamento interno do jornal. Além disto, o pedido de demissão do ex-director é também consequência da demissão do ex-director comercial, a qual é fruto da marginalização de que objectivamente foi alvo.

Não interessa para o caso saber qual o grau de ligação que aqueles dois elementos teriam eventualmente com os «social-fascistas». Interessa, isso sim, aprender, de uma vez para sempre, que **todas as alianças que conduzem o jornal a um beco sem saída são objectivamente contra-revolucionárias.**

Além disto, como acontece em muitas alianças, uma das partes fica-se a rir da outra. E foi, de facto, o que sucedeu. Com efeito, enquanto que uma das partes esfregava as mãos de contente por estar a conduzir o jornal para a contra-revolução, a outra parte entendia, finalmente, que mercê da táctica assumida, o jornal já não podia sair para a rua, pois que as suas alianças conduziram, em última análise, à exoneração da Comissão Administrativa nomeada pelo C.R.

É POSSÍVEL CONTINUAR A LUTA?

Não pode ser um lugar comum afirmar-se que a **luta do «República» ainda não acabou.** E não acabou porque nem todos os trabalhadores do jornal são, longe disso, contra-revolucionários. Estes também por lá existem e mais não fazem senão cumprir a sua missão: traír o proletariado e fazer o jogo à burguesia.

É neste contexto, e tendo presente o espectro do desemprego que constantemente ameaça todos os trabalhadores, que se deve compreender a decisão que foi tomada de negociar (negociar o quê e em que condições?) com a antiga Administração. Os trabalhadores julgaram que a antiga Administração lhes garantiria o emprego. Enganaram-se. O que a antiga Administração pretende, e já o insinuou, é que os trabalhadores, após sanarem alguns dos seus camaradas de trabalho (principalmente alguns elementos da Redacção e tipografia) di-

gam para o Regos», ou coisa que o valha: «entrem, que isto é vosso: façam o que quiserem».

Compete aos trabalhadores do «República» decidirem o que entenderem, mas há um elemento de que se não podem esquecer: é que tem deveres,

nacionais e internacionais, para com o explorados e oprimidos.

E, como se viu já, não é a antiga Administração quem vai assegurar o pão para **todos** os trabalhadores...

Que os trabalhadores colham da sua luta as devidas lições.

A CANALHA BURGUESA NO PODER E O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

A burguesia instalada no Poder, após o 25 de Abril, em sucessivos Governos provisórios, com a sua política que nada tem a ver com uma política operária, pos de rastos a economia do País na altura já bastante abalada.

A sua política que põe acima dos interesses da classe que dizem defender os seus próprios interesses de classe (burgueses) levou, como era inevitável e como já vimos alertando há longos meses, a que o aumento do custo de vida se viesse acentuando cada vez mais.

Assim, como é do conhecimento das algebeiras das massas trabalhadoras (e já o começa a ser das próprias barrigas), os produtos de primeira necessidade tais como o leite, a manteiga, batatas, carne, etc. e até a água, estão cada vez mais caros e, portanto, vão-se tornando cada vez menos acessíveis àqueles que os produzem.

Perante a impossibilidade de travar a alta inflacionária, o aumento do custo de vida, os políticos burgueses continuam a querer enganar os trabalhadores acusando-se mutuamente (e por vezes acusando os próprios trabalhadores) das culpas de tal situação.

Mário Soares diz: «Os culpados da crise económica são Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves».

Álvaro Cunhal responde: «O P. C. nada tem a ver com o aumento do custo de vida».

Desta maneira, estes doutores em cujas casas nada falta, desde o wisky até à gasolina para os seus luxuosos Mercedes, permitem-se brincar com os trabalhadores, depois de terem colaborado, pela surra, no congelamento dos C. C. Trabalho, dizendo-lhes que daqui por seis meses, possivelmente, os salários serão revistos depois de devidamente estudados.

Mas a paciência dos trabalhadores (e o dinheiro necessário para matar a fome aos filhos) vai faltando.

Porém, a capacidade de luta da classe operária e de todos os seus aliados não se esgotará nunca e os trabalhadores organizados saberão encontrar a resposta necessária a dar à burguesia que quer reabilitar a economia deste País à custa do suor (sempre e só) das amplas massas exploradas.

Até porque não haverá nunca socialismo sem luta...

Entretanto a situação ir-se-á tornando mais grave. Os produtos alimentares, apesar do alto custo, começam a escassear. A fome aproxima-se. Ela chegará tanto para os filhos dos trabalhadores do P. S. como para os do P. C., etc.. Os filhos dos srs. doutores, esses estarão, então em Paris a banquetear-se à grande e à francesa.

Compete à classe operária, aos assalariados agrícolas e a todos os explorados e oprimidos, a grande, a imensa tarefa de uma política de unidade. Nos bairros, nas fábricas, nos campos e nos quartéis, os trabalhadores devem unir-se num projecto comum criando organismos (Comités de Unidade) de combate à subida do custo de vida, à repressão, ao congelamento dos salários, à falsa informação, etc..

Na unidade e em perfeita comunhão de esforços, os trabalhadores devem passar através da luta económica para a luta política (conjugando-as) e assim, com os trunfos da UNIDADE, da sua ORGANIZAÇÃO e das ARMAS que estão nas mãos dos seus irmãos de classe, os soldados, avançarão decididamente para correr com a canalha parasita e exploradora.

— FORA COM A CANALHA O PODER A QUEM TRABALHA!

CONTRA A REPRESSÃO

— MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA

Neste momento, pouco há que dizer sobre o significado da palavra Repressão, e sobre que formas esta se pode revestir. Os trabalhadores já sabem, pela sua dura experiência de 48 anos, e mais recentemente pela actuação de um governo antipopular, até que ponto podem ir as formas repressivas e até que ponto o Poder necessita de se utilizar delas para conseguir governar, para conseguir impor as suas leis.

Ultimamente, muito se tem visto de repressão:

— Dia 1 de Janeiro, houve rajadas de G3, as tais que são «para o ar», que provocaram quatro mortes.

— Dispersam-se concentrações de trabalhadores (Caxias) à coronhada, fere-se, REPRIME-SE.

Mas repressão não é só os feridos e mortos, os Comandos, mercenários,

de, se não colaborarem com todo este jogo, andarem a pé (para não pagarem o aumento dos transportes) ou não comerem (para não pagarem os aumentos da carne, do peixe, das batatas); portanto, todos estes aumentos que se têm verificado e que, como é fácil de ver, recaem essencialmente sobre as massas trabalhadoras, são uma das mais violentas formas de repressão, de que a burguesia não sente problema nenhum em utilizar, quando começa a ver ameaçados os seus privilégios sociais, os seus bons carros, as suas boas casas.

A repressão, não se manifesta portanto somente de uma forma física; só em último caso (até para não se desmascarar diariamente, a cada passo) só perante grandes movimentações de massas, perante a decisão de milhares de explorados em se opo-

do que a definição, mais ou menos precisa, do termo repressão, ou a discussão sobre de que maneira é que agora se faz sentir mais ou menos do que antes do 25 de Abril, bem mais importante do que isso, será encontrarem formas de luta correctas que possam fazer frente ao que sobre eles se abate.

Há efectivamente, que conjugar os

esforços na luta contra todas as formas repressivas, sejam elas quais forem, estejam ou não camufladas por um ambiente de pluralismo ou por um clima social-democrata.

A palavra REPRESSÃO, os trabalhadores terão que responder com as palavras ORGANIZAÇÃO e OFENSIVA.

QUESTÃO



PSP, GNR's. O Governo pode utilizar, e utiliza muitos outros tipos de repressão.

Assim, sente-se a repressão nos locais de trabalho, onde se efectuam despedimentos arbitrários, onde já não se fala tão à vontade como aqui há uns meses, onde as conversas são escutadas. Isto, nas fábricas, nos escritórios. Nos campos, há buscas, tentam-se devolver as terras ocupadas e tratadas pelos camponeses aos seus antigos proprietários, como também se fazem grandes tentativas para desalojar ocupantes de casas. Nos quartéis, talvez o sítio onde mais cedo se começou a fazer sentir a repressão actual, passam-se soldados e oficiais à disponibilidade, prendem-se revolucionários, ameaça-se de todas as maneiras aqueles que de algum modo se recusam a aceitar ordens ou a disciplina militar fascista.

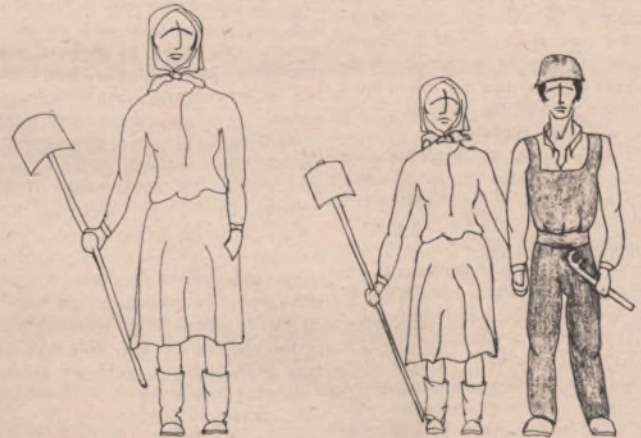
São estas, algumas das formas de repressão por sectores de trabalho. Verificam-se no entanto, e agora já se sentem melhor que nunca, medidas repressivas que abrangem simultaneamente todo o povo trabalhador, como, por exemplo, os últimos aumentos de preços. É a repressão económica. É obrigar-se os trabalhadores a pagarem mais caro aquilo que produzem, sem eles próprios serem aumentados. É obrigar os trabalhadores a aumentarem os lucros dos patrões, sob pena

rem ao poder burguês, é que este utiliza a repressão física, e isso mostra bem quanto se sente desesperado ao constatar o avanço popular.

As formas de repressão que são mais utilizadas, mais subreptícias (ou que pretendem sê-lo) são a repressão económica nos aumentos dos preços de produtos base e estagnação de salários; suspensão da entrada em vigor dos novos contratos colectivos até Março, e a repressão psicológica, no ambiente criado nos locais de trabalho e habitação.

De uma coisa, os trabalhadores têm a certeza: a social-democracia, que nos enche os ouvidos diariamente com palavras de Paz, Amor e Fraternidade, que fala em pluralismo, liberdade, e outras coisas que tais, numa altura em que a situação económica se degrada a olhos vistos, e em que se vê novamente movimentações da classe trabalhadora em manifestações de rua e em esforços de organização, essa mesma social-democracia não tem problemas nenhuns em responder a tudo isso pela repressão, em atirar a matar, abrindo assim declaradamente as portas ao fascismo. É assim que Cardia do PS, lastima a «benevolência» com que as «forças da ordem» reprimiram os manifestantes em 1 de Janeiro.

Para os trabalhadores neste momento, toma-se bem mais importante



Camponês
(Proprietário de pequena terra)

Aliança Operário-Camponesa
(Unidade entre classes exploradas)

Na situação política actual, em que a direita ganha posições a diversos níveis, o problema da unidade põe-se para os trabalhadores, para os revolucionários de uma forma premente. Há mais que nunca, que discutir formas concretas de acção que barrem o caminho à burguesia. E esse problema tem de se pôr desde já, hoje, porque todos os dias a direita avança, todos os dias ela dá uma machadada nas conquistas da classe operária.

Pensamos que, a nível das organizações revolucionárias, ou que pelo menos se reclamam da classe operária, há que repensar toda uma táctica de unidade. Há que fazer uma análise muito clara da situação que levará necessariamente à convicção de que a classe, os revolucionários têm de responder imediatamente de uma forma

eficaz mas sem cair em aventureirismo, à escalada da direita. A partir daqui, as organizações têm que definir qual o principal objectivo, e qual o esquema de prioridades e condições para o atingir. E têm de ficar em segundo plano as divergências teóricas, ou pormenor.

Não é fácil neste momento falhadas (?) tentativas como a FUR e definidas como nunca as organizações, conseguir uma plataforma mínima operante entre essas organizações. No entanto os seus militantes, as suas direcções têm de compreender a urgência de um tal projecto, porque urge conseguir uma direcção política eficaz que responda aos desejos e necessidades das massas.

Mas pensamos que sobretudo importante e de necessidade imediata,

UNIR, ORGANIZAR, LUTAR

Para a destruição do exército burguês

O golpe de 25 de Novembro desencadeado pela burguesia com o compromisso do reformismo teve como objectivo principal eliminar uma das componentes do movimento insurreccional, a vanguarda dos soldados sua organização e o sector progressista dos oficiais do quadro permanente. Assim os quartéis foram atingidos por uma repressão feroz com prisões, sa-

neamentos, passagem à disponibilidade de soldados e milicianos, e dissolução dos órgãos reivindicativos e políticos de classe conquistados durante o processo.

Não podemos deixar que a burguesia pacificamente construa a sua máquina de repressão para mais tarde se abater sobre os trabalhadores e suas organizações. É este o objectivo

da burguesia no Poder, reconstruir umas F. A. fascistas — porque as lutas desencadeadas pelos trabalhadores fardados ou não conseguiram para o seu lado sectores importantes da sua máquina repressiva — que através da violencia reaccionária consiga impor a sua ordem burguesa. Eram estas F. A. fascistas que o VI Governo, quando desencadeou a greve ministerial, estava a pedir a Costa Gomes. Eles sabiam que os seus privilégios e a sua classe estava em perigo permanente, com o avanço da organização dos operários e de um largo sector das suas F. A.

É urgente que os soldados que não saíram dos quartéis e aqueles que estão a regressar apliquem uma tática que não permita o avanço da repressão e a reestruturação das F. A. burguesas, já anunciadas e cuja primeira medida é a entrada da recruta só em 3 de Março o que permitirá dar tempo aos novos comandantes fazer um teste completo aos soldados que aí permaneceram. No entanto as contradições fundamentais no seio das F. A. continuam e até se agravaram, a elas os trabalhadores fardados terão que responder desde já, os soldados devem formular a sua organização numa base

unitária e autónoma, acima dos interesses partidários para conseguir ultrapassar as manobras sectárias das diferentes organizações stalinistas e se consiga a curto prazo dar conjuntamente com os trabalhadores e os revolucionários uma resposta alternativa à grave situação política actual na perspectiva da revolução socialista pois neste momento os soldados devem desencadear prontamente lutas contra a repressão militarista pela obtenção de vida democrática, por melhores condições materiais e pela denúncia da situação política criada pela burguesia.

Será que o Exército que a burguesia quer reestruturar não é aquela máquina aviltante e esmagadora que reproduz na sua forma mais brutal as relações sociais de exploração capitalista, pelos seus métodos fascistas, pela sua disciplina altamente hierarquizada e de classe. Pela ausencia de discussão política. A burguesia recorre a tais formas organizadas de defesa armada num exército classista, não possibilitando o armamento das massas trabalhadoras para que elas possam fim à exploração de que são vítimas.

Pela tomada do Poder.

DA UNIDADE



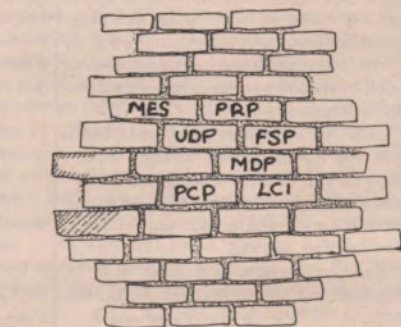
Operário
(Proprietário de coisa nenhuma)

é o esforço dos trabalhadores, dos homens e mulheres revolucionários com ou sem partido, no sentido de conseguirem formas de organização unitária com vista ao avanço da revolução socialista.

E pensamos que este trabalho não é difícil. Desde o 25 de Abril, apesar das divisões causadas pelo sectarismo de muitos partidos, os trabalhadores aprenderam formas de organização unitária que tiveram o peso maior no avanço do processo político em Portugal.

Mas não foi suficiente. Porque há muitos operários embarcados no navio do reformismo e bastante mesmo ainda em partidos, hoje de direita, como o PS.

E há muitos que são revolucionários mas que se deixam todos os dias divi-



Unidade entre partidos que se reclamaram da mesma classe (A fazer ou não, conforme a tática desse partido é revolucionária ou não)



Unidade de base (Poder Popular, Comissões de Trabalhadores e Moradores, Conselhos Revolucionários e Comissões de Luta

dir pelo cancro do sectarismo, que ainda estabelece nos locais de trabalho as fronteiras do maísmo.

O PRP sabe, que numa correcta política de unidade nos locais de trabalho, nos bairros, nos quartéis, nos campos, entre os revolucionários com ou sem partido, que reside a única alternativa para uma saída proletária para o processo político português.

Mas que tenha desde já formas concretas de organização prática. Toda a forma de organismos revolucionários de base que nunma perspectiva unitária avancem com formas de luta concretas (e não faltam agora objectivos).

Sem ser preenchida esta condição, a burguesia, a direita fascista, encontra todos os buracos por onde passar, todas as portas que há-de abrir.



Aumento de tarifas de transportes — Acção de agitação



Na madrugada e manhã de segunda-feira dia 5, a organização da região de Lisboa do P.R.P. empenhou-se numa operação de agitação que constituiu na distribuição de comunicados visando o aumento da tarifa dos transportes e na afixagem de dezenas de cartazes de parede

Foram distribuídos dezenas de milhares de comunicados nas zonas fabris de Alcântara, Cais do Sodré, Terreiro

do Paço, Cabo Ruivo, Marvila, Amadora, interior da linha do Estoril, etc. O acolhimento feito pelos trabalhadores foi entusiástico e muitos houve que colaboraram na distribuição. Em consequência desta acção houve já na quinta-feira, dia 8, uma recusa colectiva do pagamento dos bilhetes no barco que liga o Terreiro do Paço ao Montijo.

É o seguinte o conteúdo do comunicado:

Os transportes colectivos aumentam! Porquê?

A carne, as batatas, os selos a electricidade, o gás, a água, etc. aumentam! Porquê?

Após o 25 de Abril, e perante o avanço dos trabalhadores, a burguesia foi obrigada a aumentar os salários, vendo assim reduzidos os seus grandes lucros.

Entretanto, os sucessivos Governos Provisórios, sem excepção, ao mesmo tempo que reprimem as lutas dos trabalhadores, vão protegendo os senhores do capital e os seus lacaios, assistindo-se ao agravamento da situação económica para a qual os trabalhadores tinham encontrado soluções revolucionárias, tais como: expropriação e colectivização dos meios de produção, organização autónoma dos trabalhadores para ao exercício do poder, eliminação dos intermediários parasitas, reconversão industrial para a solução dos problemas da agricultura, emprego geral através dos grandes empreendimentos colectivos, socialização da habitação, etc. Mas estas medidas punham em causa os privilégios dos administradores, doutores, engenheiros, técnicos, generais, majores, fossem eles mais ou menos de direita ou de esquerda. Conciliando com estes senhores, o reformismo impede os trabalhadores de avançarem num processo verdadeiramente revolucionário o que permite o golpe de direita do 25 de Novembro.

A partir daí e perante uma certa desorientação dos trabalhadores, começa a reorganização do capitalismo. Os órgãos de Informação são controlados pela direita, os militantes revolucionários são presos ou saneados ao mesmo tempo que são recrutados mercenários para os Comandos e para a P. M. e se duplicam os efectivos da G. N. R., sob o pretexto da busca de armas começa a repressão sobre a classe (cooperativas, sindicat-

tos, clínicas e infantários populares, fábricas, com a prisão dos elementos mais destacados. São assim criadas algumas das condições para a submissão dos trabalhadores: congelam-se os salários e aumenta-se o custo de vida em mais de 50 por cento com a justificação de que os aumentos salariais após o 25 de Abril foram irrealistas. Mas esquece-se o Governo de falar na fuga de capitais, no bloqueio imperialista, na manutenção dos altos vencimentos e nos elevados lucros dos intermediários especuladores, no custo da descolonização, nos subsídios dos retornados, das grandes despesas com os mercenários do aparelho repressivo, etc.

Os trabalhadores vêem-se novamente nas condições económicas do 25 de Abril. Só que para os conter tal como antes do 25 de Abril é necessário o poder fascista. A repressão em Caxias e em Custóias com o assassinio de quatro manifestantes, onde nem as crianças escapam, é bem o exemplo da violência fascista que renasce.

Para responder a isto não bastam os protestos individuais, impondo-se uma resposta colectiva e organizada. Que em plénários de fábrica e de bairro, nos transportes colectivos, se discutam as formas de luta contra o aumento do custo de vida, contra a fome que se aproxima, contra o fascismo que se implanta.

Perante o aumento dos transportes, recusa colectiva do pagamento dos bilhetes!

Abaixo o aumento do custo de vida! Não paguemos os bilhetes!

Fora com a canalha que expulsa quem trabalha!

Uma só solução — revolução socialista!

Lisboa, 3 de Janeiro de 1976
Direcção da Organização Regional de Lisboa do P. R. P.

OS CAMPONESES DE QUEBRADAS

Em Alcoentre há uma história de ocupações e cooperativas que tem um ano de existência. As ocupações nesta região foram das primeiras a dar-se em quintas com terreno cultivado. Os camponeses que as ocuparam tinham um conflito de longa data com os senhores latifundiários da região, dado que arbitrariamente os tinham lançado no desemprego.

Inicialmente as ocupações foram feitas no intuito de dividir a propriedade entre os trabalhadores que ocupavam, constituído assim um conjunto de pequenas propriedades. Mas no decorrer dos dias que seguiram à ocupação, os camponeses descobriram que tinham toda a vantagem em ter a terra colectiva, em vez duma propriedade dividida em múltiplos pedaços. Algum tempo depois organizaram-se em Cooperativas, para resolver o problema da compra dos materiais necessários ao amanho da terra. Foram ocupadas várias ou quase todas as quintas da região.

A primeira a ser ocupada foi em Quebradas, aldeia do Concelho de Alcoentre; nesta aldeia toda a gente participou na ocupação, praticamente to-

dos os trabalhadores foram envolvidos na luta pela terra.

Os reacconários de Rio Maior, ligados aos interesses dos grandes agrários, consideraram-se portanto inimigos das cooperativas de Alcoentre — isto faz parte dos aspectos muito concretos da luta de classes. Nos dias da crise do 25 de Novembro houve ameaças dos agrários em relação a Alcoentre e houve mais tarde buscas e prisões. Os camponeses estão portanto alertados.

Acontece que no dia 31 de madrugada, os camponeses de Quebradas, detectaram um carro de Rio Maior, conhecido como pertencente aos reacconários. O carro encontrava-se no campo, possivelmente a espiar a actividade de vigilância dos camponeses.

Juntaram-se então cerca de trinta trabalhadores que abordaram os donos do carro e lhes perguntaram o que estavam a fazer.

«A caçar patos», responderam eles. Mas os patos é que não se deixaram levar... Pegaram em caçadeiras e chumbaram os pneus ao carro dos homens de Rio Maior, que se viram e desejaram para regressar.

Os trabalhadores de la em luta — Sequestro

Os trabalhadores de Lanificios, devido ao não cumprimento do contrato colectivo de trabalho, iniciaram uma luta de exigência junto ao patronato.

Assim os trabalhadores organizados tiveram que recorrer a formas de luta, mais eficazes como seja o sequestro nas instalações da própria empresa dos patrões que não dearam cumprimento ao CCT.

A FIRMA JOSÉ ESTEVES FADEIRO — o patrão desta empresa foi sequestrado, por duas vezes. A primeira por não pagamento do retroactivo. A segunda pelo não pagamento do subsídio de Natal.

Ao fim de dois dias a pão e água, nas instalações da empresa, cuja vigilância era garantida através de piquetes de trabalhadores, o dono da empresa acabou por ceder às reivindicações dos trabalhadores.

NA FIRMA PIMENTEIS LD. — o mesmo

processo organizativo com sequestraram o patrão e gerente, levou os trabalhadores ao cumprimento da tabela salarial.

FUTUREX — O patrão fez da mesma forma devido a de Outubro de 75, não pagar os trabalhadores, no qual dizia retroactivo ainda estava em divida.

JOÃO ROQUE CABRAL pelo não pagamento do 13.º mês JOSÉ SANTOS PINTO — patrões e empregados de esc pagamento do 13.º mês.

LANOFABRIL — Sequestrado Joaquim Ninã, devido a pagamento de uma semana de pectivo subsídio e ao não pagamento.

Esteve 23 horas sequestrado

SANTIAGO DE CACÉM

— Os trabalhadores dizem não á manipulação

Na azáfama de organização em que os temos visto ultimamente, desta vez os agrários resolveram dar um salto até ao Alentejo. Assim, neste âmbito, foi divulgada uma convocatória aos pequenos (7) e médios agricultores para uma reunião na Casa do Povo de Santiago do Cacém.

Politicamente, para os agrários, era significativo o salto do centro do País para o Alentejo, onde o movimento cooperativista é muito mais amplo que em qualquer outra região do País, onde os latifundiários viram ali, mais do que em qualquer outro lugar perigar e perder os seus privilégios em consequência do espírito de colectividade e de unidade dos camponeses alentejanos, adquirido ao longo de muitos anos de luta durante o fascismo. Para os trabalhadores, portanto, a manobra dos latifundiários não poderia passar despercebida. Sabem eles o que sofreram durante os anos do fascismo, e sabem também, como todos os outros trabalhadores, até que ponto estão ameaçadas as conquistas e liberdades conseguidas após o 25 de Abril, e que se vacilam, correm o risco de tudo perder. Não passa também, despercebido aos trabalhadores do Alentejo, que o permitirem a organização das forças que lhes são ontrárias e inimigas, é para eles uma primeira derrota.

É assim que depois de algumas reuniões de cooperativas agrícolas ha-

vidas em Alcácer, Grandola e Santiago do Cacém, onde se discutiu o significado da reunião marcada pelos agrários, para sábado dia 3, em Santiago do C:ACÉM; SE DECIDIU AVANÇAR SOBRE A REFERIDA VILA:

... «Se não queremos que os gajos nos roubem aquilo que é nosso, temos que lhes cortar os animos, pela raiz. Por isso sou de opinião que vamos todos para Santiago e que não consintamos que les façam a reunião». Esta foi parte da intervenção feita por um trabalhador agrícola na reunião em Alcácer do Sal. Mais à frente, dizia esse mesmo trabalhador: «se atacarem a minha cooperativa, defendo-me a tiro de caçadeira. Só morto é que saíra de lá. Eu e os meus camaradas, ocupámos as terras há cinco meses e já lá enterrámos muito suor, coisa que o latifundiário nunca fez».

A causa é mais forte que os sacrifícios que exige. No sábado, à chegada dos trabalhadores a Santiago, era frequente ouvir-se comentários do género «nunca vi tanto ladrão junto». Os agrários que já se aglomeravam junto à casa do Povo recuaram. Entre eles viam-se destacados e «ilustres» figuras fascistas: senhores Pindela, Uva, e também o agrário de Alvalade de Sado que em Rio Maior lançou a proposta de ocupação imediata das terras colectivizadas e sua imediata entrega aos ex-proprietários.

Estava no espírito dos trabalhado-

res assistirem a algumas palavras dos agrários mas estes não estiveram na disposição de irem mais além da figura de simples asnos e retiraram-se, iniciando junto do largo principal da vila um pequeno comício.

Depois de algum tempo em que forças de ambos os lados teriam permanecido no local sem quaisquer comentários, surgiu de um megafone uma voz que convocava os agrários chamando-lhes de «pequenos» e médios agricultores, para frente do tribunal onde se iria realizar a sua reunião-comício.

Uma vez mais, os trabalhadores avançaram e estacionaram junto ao tribunal, onde continuou um comício das cooperativas no qual tomou a palavra um pequeno agricultor do Torrão, representante da Liga dos Pequenos

e Médios Agricultores.

Os trabalhadores e os seus aliados avançavam, os reaccionários recuavam e, desorientados, bufavam pelas esquinas.

A reunião dos agrários, transformou-se num comício das cooperativas. Isto foi uma forma de luta mais outras mais surgirão. É que lá para aquelas bandas «Canta-se» de outra maneira. Os trabalhadores estão -se a organizar para poder enfrentar todas as formas repressivas que tentarem sobre eles impor, estão a organizar a sua defesa contra o avanço do fascismo, e simultaneamente, o seu ataque ao poder burgues.

Eles próprios dizem: «os abutres por agora deram em debandada, mas certamente que irão voltar. Nós cá os esparraremos, camaradas!».

CTT

Luta de 40 horas

Esta luta é uma velha aspiração de todos os trabalhadores dos CTT, visto existir neste momento quatro horários para 35 mil trabalhadores que são os seguintes, 36, 42, 44, 48, mas não é só esta a finalidade da mesma, mas isto não é a opinião da totalidade dos trabalhadores, isto é uma forma de criação de novos postos de trabalho visto existir a grave crise de trabalho.

O que foi para nós esta luta, foi o chamar da consciência proletária de todos os trabalhadores, que há muito se encontrava completamente desunida, e que mais uma vez se provou que existe no meio de tudo isto o regresso ao velho sistema fascista e no meio e de todas estas contradições, o que é lamentável, traições dos nossos colegas de trabalho e note-se que eu chamo colegas a carteiros que depois de alguns dizerem que recebiam ordens do sindicato traíram a classe, o C. R. P. de Évora aderiu a esta forma de luta depois de um plenário feito com a maioria dos trabalhadores decidindo a mesma não trabalhar a noite de sábado o que se efectuou embora a traição de alguns colegas levassem os trabalhadores aderentes à nova forma de luta levando-os a formar piquetes para a paralisação de trabalho por parte de todos os trabalhadores. Esta foi uma medida tomada em reunião e aplicada à seguir depois de várias demarches do sindicato. Aqui começa o trabalho do legionário Acácio Mourão actualmente chefe deste local de trabalho, que com ameaças de participações, relatórios e acusações a dois camaradas que naquele momento tomaram atitudes revolucionárias a favor da

classe, tendo também papéis de grande preponderância os camaradas Calducho Lourindo e Silva e outros, o que de facto se tornou extensivo a todos.

Uma das medidas tomadas pelos dirigentes, foi a tomada do posto telefónico pelos trabalhadores para assegurar as notícias e os contactos com os sindicatos e com outros locais de trabalho. Mais tarde, soubemos que o legionário Mourão se propunha telefonar para as Forças Armadas o que nos obrigaria a entrar em confronto com as forças repressivas do Governo burguês, reaccionário actualmente no Governo. Outros factos aconteceram e nada disto se chegou a passar visto os trabalhadores revolucionários não se deixarem cair nas provocações de traidores que queriam trabalhar, caso passado com o camarada Calducho que recebeu como ameaça do chefe de turno um par de murros.

Um outro problema que surgiu às 6,30 da manhã com os choferes que quiseram sair com as viaturas para a rua ao que nós nos opusemos, estando sujeitos a que eles passassem por cima de nós, ameaça feita por eles, Victor Grave, Sidónio Virtuoso, Floriano Ganhão e Punirol. Tal não aconteceu visto o bom-senso se ter oposto a isso.

As aderências a esta forma de luta foram de 80 por cento em Lisboa e Porto e 60 por cento na província, o que para nós significa muito visto serem 22 mil trabalhadores que ultrapassaram as ameaças do Governo e nem a administração nos conseguiu demover na nossa luta.

Um trabalhador dos CTT

Benefícios da Covilhã

dos patrões

questro do pa-
adores a exigir
al actual.

oi sequestrado
a até 31
o retroactivo
ncumento, para
que o mesmo
da.

Sequestro

Sequestro dos

o do patrão Eu-
o facto do não
e férias, do res-
gamento do 13.º

rado sem qual-

quer tipo de alimentação; entretanto dia 5, apareceu uma carta no gabinete deste senhor, dizendo que abandonava as funções da empresa e que só voltaria a retomar as mesmas funções mediante o mínimo de condições que os trabalhadores lhes dessem

Entretanto a crise económica dos Lanifícios agrava-se de dia para dia, sobrevivendo este sector à custa de empréstimos da banca.

Os trabalhadores deste sector da Covilhã, organizam-se cada vez melhor para responder a esta crise provocada pelos patrões, à qual o Governo assiste impavidamente, decretando aumento dos preços, e reprimindo os trabalhadores com medidas anti-operárias. Na certeza porém que a solução da crise deste sector só poderá ser dada através de uma planificação socialista, o que implica o poder dos trabalhadores — a Revolução Socialista.

Os trabalhadores de lanifícios da Covilhã em luta — Sequestro dos patrões

Os trabalhadores de Lanifícios, devido ao não cumprimento do contrato colectivo de trabalho, iniciaram uma luta de exigência junto ao patronato.

Assim os trabalhadores organizados tiveram que recorrer a formas de luta, mais eficazes como seja o sequestro nas instalações da própria empresa dos patrões que não deram cumprimento ao CCT.

A FIRMA JOSÉ ESTEVES RADEIRO — o patrão desta empresa foi sequestrado, por duas vezes. A primeira por não pagamento do retroactivo. A segunda pelo não pagamento do subsídio de Natal.

Ao fim de dois dias a pão e água, nas instalações da empresa, cuja vigilância era garantida através de piquetes de trabalhadores, o dono da empresa acabou por ceder às reivindicações dos trabalhadores.

NA FIRMA PIMENTES LD^a. — o mesmo

processo organizativo com sequestro do patrão e gerente, levou os trabalhadores a exigir o cumprimento da tabela salarial actual.

FUTUREX — O patrão foi sequestrado da mesma forma devido a até 31 de Outubro de 75, não ter pago o retroactivo e recusar-se a assinar um documento, para os trabalhadores, no qual dizia que o mesmo retroactivo ainda estava em dívida.

JOÃO ROQUE CABRAL — Sequestro pelo não pagamento do 13.^o mês.

JOSÉ SANTOS PINTO — Sequestro dos patrões e empregados de escritório pelo não pagamento do 13.^o mês.

LANOFABRIL — Sequestro do patrão Eurico Joaquim Ninã, devido ao facto do não pagamento de uma semana de férias, do respectivo subsídio e ao não pagamento do 13.^o mês.

Esteve 23 horas sequestrado sem qual-

quer tipo de alimentação; entretanto dia 5, apareceu uma carta no gabinete deste senhor, dizendo que abandonava as funções da empresa e que só voltaria a retomar as mesmas funções mediante o mínimo de condições que os trabalhadores lhes dessem

Entretanto a crise económica dos Lanifícios agrava-se de dia para dia, sobrevivendo este sector à custa de empréstimos da banca.

Os trabalhadores deste sector da Covilhã, organizam-se cada vez melhor para responder a esta crise provocada pelos patrões, à qual o Governo assiste impavidamente, decretando aumento dos preços, e reprimindo os trabalhadores com medidas anti-operárias. Na certeza porém que a solução da crise deste sector só poderá ser dada através de uma planificação socialista, o que implica o poder dos trabalhadores — a Revolução Socialista.

A QUESTÃO AGR

Antes do 25 de Abril de 1974 os grandes agrários do Centro e Sul eram um dos baluartes políticos do regime fascista com intervenção directa ao nível do aparelho de Estado. Esta intervenção directa ao nível do aparelho de Estado e enquanto força política do regime, permitiu-lhes a direcção da política de créditos, preços e subsídios.

No comando da política agrária do regime fascista orientaram os investimentos respeitantes às obras de rega para as áreas de grande latifúndio ou seja para si próprios.

O País era e é dependente das importações para satisfazer as suas necessidades alimentares; no entanto durante o regime fascista era impensável qualquer iniciativa no respeitante à reforma agrária pois isso iria colidir frontalmente com os interesses dos grandes agrários, baluarte político do regime, que sendo extremamente conservadores e reacçãoários não podiam admitir a mínima alteração na opressão nos campos, conscientes que eram, de que a menor abertura levaria a incontroláveis movimentos. O regime fascista não tinha nos seus planos qualquer ideia de alteração social nos campos. A questão económica subordinava-se, consequentemente, às opções ideológicas. E o capital monopolista, outra das forças em que se baseava o regime, em aliança íntima com os grandes latifundiários seria o menos interessado em tais iniciativas. Alterações qualitativas na estrutura agrária levariam a tais alterações económicas que poriam em risco a reserva de mão-de-obra do capital. Nos campos, os pequenos agricultores com produção para autoconsumo, as explorações familiares autónomas e as explorações médias com menos de 50 hectares eram apertadas num cerco impiedoso que os grandes agrários lhes impunham através da sua política de preços e créditos. Incapazes economicamente de competir, por lhes ser inacessível a assistência económica, técnica e tecnológica, compra de mão-de-obra, etc., a sua proletarianização ou emigração dava-se a cadencia acelerada. A emigração, o surto industrial e a guerra colonial causavam uma sangria de mão-de-obra nos campos. Em certas zonas de latifúndio, devido à tecnologia avançada, a exploração fazia-se com altos rendimentos à custa do consumidor e da exploração desenfreada do assalariado. No entanto, os grandes latifundiários tinham já, em muitas zonas, claras ligações aos grupos financeiros, o que lhes permitia darem-se ao luxo de não explorarem extensivamente as terras e utilizarem-nas mais para satisfazerem as imposições sociais derivadas relações que mantinham a nível nacional e internacional: passeios, caçadas, matanças de porco em festividades «mundanas» de grande alarido.

Se, por um lado, as terras eram deixadas ao abandono em grandes extensões, não se fazendo o seu cultivo (delapidando-se assim a possibilidade de sermos auto-suficientes em produção agro-pecuária) provocando-se pela necessidade de importações do estrangeiros de produtos alimentares de pecha dos rendeiros que arrendando terreno ao proprietário o subarrendavam por sua vez, estabelecendo uma longa pirâmide hierárquica de opressão e exploração tendo na base desta pi-

Camponeses e operários organizai-vos e uni-vos. A única coisa que tendes a perder são as vossas cadeias

ramide assalariados agrícolas. Por exemplo se o arrendavam por 70 contos, o rendeiro subalugava por 100 e os sub-rendeiros por 150. E o assalariado

alimentava com o seu trabalho e a sua fome toda esta corja de parasitas que recebiam, em caixa o dinheiro e lucros nunca terem semeado uma batata.

ESTRUTURA AGRÁRIA NO DISTRITO DE SETÚBAL

Com base no «Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente», em 1968, podia constatar-se que:

1.º — Mais de 8200 explorações do distrito, perfazendo uma área entre 15 a 20 000 hectares, não tem autonomia económica e eram fonte de rendimento complementar para o proletariado urbano e rural do distrito. O essencial da produção era para consumo próprio.

2.º — As explorações familiares autónomas em número de cerca de 6200 perfazendo uma área entre 35 a 70 000 hectares, podiam discrimi-

nar-se do seguinte modo: explorações só com trabalho da família, cerca de 2600; explorações com trabalho assalariado esporádico, cerca de 3600.

3.º — As explorações médias com menos de 50 hectares e utilizando pessoal assalariado eram cerca de 2500 e prefaziam uma área de cerca de 20 500 hectares.

4.º — As grandes e muito grandes explorações são 500 e perfazem uma área de cerca de 210 000 hectares das quais 7700 hectares são irrigadas por obras públicas de rega que estão nos perímetros agora abrangidos pela lei da nacionalização. De analisar que muitas destas propriedades pertenciam ao mesmo proprietário.

SINTETIZANDO:

| | N.º | % do n.º total de propied. | Área | % da área total |
|---|---------------|----------------------------|----------------|-----------------|
| Exploração de rendimento complementar e/ou de autoconsumo | 8 200 | 48% | 20 000 | 7% |
| Explorações familiares | 6 200 | 36% | 40 000 | 14% |
| Expl. médias com menos de 50 ha e com pessoal assalariado | 2 500 | 13% | 20 000 | 7% |
| Grandes explorações com menos de 200 hectares | 286 | 1,5% | 28 000 | 9% |
| Grandes explorações patronais com mais de 200 hectares | 214 | 1% | 185 000 | 63% |
| TOTAL | 17 400 | 100 | 213 500 | 100 |

Numa área total de 293 500 hectares, 500 propriedades ocupam nada

mais nada menos do que 213 000 hectares ou seja 72% de toda a terra.

ASPECTOS SOCIAIS

Na zona do distrito de Setúbal como, aliás, em toda a zona do Alentejo, há uma predominância clara e esmagadora do assalariado agrícola ao contrário das zonas do Norte do País com um vasto sector de pequenos e médios agricultores. O proletariado urbano e rural (com maiores dificuldades o último) tinham muitas vezes pequenos pedaços de terra, na sua maior parte alugados, onde aos fins-de-semana trabalhavam para consumo próprio.

Por outro lado, grande número de pequenas explorações, como vimos no quadro acima, não tinham capacidade económica para contratar mão-de-obra. A sua economia era de subsistência, se assim se pode chamar à miséria em que estas explorações agrícolas, na base de agregados familiares, viviam.

Os rendeiros continuavam com

dias áureos na zona do Alentejo. A maior parte da clique dos latifundiários recebia em dinheiro sem nada investir a renda do rendeiro. Este, por sua vez, não só cobria os custos da renda que pagava directamente ao proprietário como enriquecia, muitas vezes sem grandes maçadas, limitando-se a subarrendar.

Já antes do 25 de Abril os seareiros, fazedores de seara, tinham desaparecido da face da terra devido às condições exorbitantes que os rendeiros exigiam. Os seareiros pagavam na zona de sequeiro, uma percentagem em produtos sobre a produção total que conseguiam. Na zona de regadio, pagavam em dinheiro. Nos últimos tempos dos anos 70 já se pagava 5, 6 ou 6500\$00 por hectare.

Os seareiros tiveram que abandonar a sua relativa independência, apertados por um lado pelos rendeiros na sua procura de taxas de lucro superiores e por outro lado pela política de

preços praticados pelo regime fascista. Na sua esmagadora maioria assumiram a condição de assalariados agrícolas ou partiram para as fábricas na cidade.

REFORMA AGRÁRIA — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Se já antes do 25 de Abril o capital industrial estava interessado na reforma agrária, depois do 25 de Abril a burguesia liberal no seu confronto com o capital monopolista apoiou a iniciativa de uma Reforma Agrária, pretendendo criar, deste modo, uma aliança com sectores do campesinato do mesmo modo que o pretendeu com a classe operária contra os monopólios. Simplesmente, a tentativa de reforçar as posições da burguesia liberal foram por água abaixo quando no vácuo político que se seguiu ao 25 de Abril as organizações de camponeses e operários encetaram ocupações de terras e o controlo da produção, de modo «selvagem». Os trabalhadores, ao projecto antifascista do 25 de Abril, rapidamente associaram o projecto anticapitalista que passa a por em perigo os interesses da burguesia liberal, industrial, que não contava com alianças com nenhuma organização política de base operária-camponesa que pudesse disciplinar os «apetites» dos despossuídos.

A Lei da Reforma Agrária surge da necessidade de travar (apesar de alguns bons intencionados) a capacidade de iniciativa de base. O sector da burguesia liberal estava de acordo com uma reforma agrária mas de um modo «respeitável» e que não permitisse actividades de base incontroláveis. Para isso mobilizou o poder legislativo e as suas capacidades ao nível de aparelho de Estado e ao nível económico (créditos, subsídios, aparelho de distribuição, etc...) no sentido de poder reintegrar adentro do sistema capitalista uma redistribuição de terras que assumisse características de maior rentabilidade económica.

Mas a sua incapacidade económica, a impossibilidade de parar a crescente organização autónoma dos trabalhadores, a falta de um domínio efectivo do aparelho de Estado por falta de alianças (então) com partidos de «esquerda» que disciplinassem as reivindicações das massas trabalhadoras, a sabotagem internacional (da qual viria a beneficiar) etc..., a levaram à falta de capacidade de recuperação da burguesia os trabalhadores estabelecessem como resposta às suas necessidades uma crescente organização que levava e se substitua à paralisação do aparelho de Estado burgues.

No próprio preambulo da Lei da Reforma Agrária lê-se «A liquidação do domínio dos grandes agrários... como condição fundamental no caminho de libertação e emancipação dos operários agrícolas e dos pequenos agricultores, no caminho da construção de uma sociedade democrática». Que democracia?

A tentativa de recuperação das actividades de base (agitação, ocupações) durante o tempo em que o aparelho de Estado, por falta de homogeneidade ideológica, não podia opor-lhes uma actividade repressiva, está patente na Lei da Reforma Agrária: «... importa saber ver, neste diploma,

ÁRIA

por um lado, uma síntese parcelar de experiências e conquistas (as feitas pelos camponeses independentemente de qualquer lei) e, por outro, um apelo e um quadro para que a iniciativa popular se desenrole e implante,

REFORMA AGRÁRIA E SOCIALISMO

É evidente que a Reforma Agrária, o seu avanço e principalmente a sua radicalização (depois do 25 de Novembro em cheque) são condições necessárias dentro de uma perspectiva socialista. Mas o que é certo é que a Reforma Agrária não representa, por si só, nenhum golpe profundo no modo de produção capitalista nem no campo nem a nível nacional. O que se verifica historicamente nos demais países capitalistas e que se pode vir a verificar em Portugal (adentro da perspectiva de estabilização do sistema capitalista

DIPLOMAS LEGISLATIVOS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA: CONSIDERAÇÕES À POSSIBILIDADE DE REPRESSÃO POR VIA ADMINISTRATIVA:

1.º — São expropriados os proprietários possuidores de terras que correspondam a mais de 50 000 pontos ou que ultrapassem a área de 700 hectares. Os pontos são atribuídos às propriedades de acordo com a qualidade dos solos, zonas de regadio e sequeiro, tipo de culturas, etc... Tudo que seja acima de 50 000 pontos ou 700 hectares é expropriado. Propriedades de 700 hectares não são, pois, «dignas» de serem expropriadas. Propriedades que convenientemente exploradas tenham mais de 50 000 pontos não são expropriadas uma vez que tem menos de 50 000 pontos por justamente serem mal exploradas. De resto como é feita e por quem é feita a análise dos solos?... Se no distrito de Setúbal pelo que sabemos se tenta, apesar de tudo, ser rigoroso, é evidente que os poderes e capacidade técnica do Centro é limitada. (O director e subdirector do Centro de Reforma Agrária seriam saneados depois do 25 de Novembro em virtude das suas simpatias pela causa dos trabalhadores).

2.º — Na lei não se fala em termos de exploração agrícola. A preocupação dominante é a expropriação e atribuição das terras. O gado e as máquinas não são expropriados. São indemnizados depois de um inventário feito conjuntamente com técnicos dos Centros de Reforma Agrária. Problemas de produção e coordenação, eliminação das estruturas intermédias, distribuição, etc., não são preocupação da lei. A sua preocupação dominante são os prédios rústicos.

3.º — As colheitas feitas em 75, sementeas em 74, reverteram a favor dos antigos proprietários. Pretendia-se com isto que os proprietários não passassem com o trabalho nas cooperativas assegurando o trabalho assalariado, continuando a trabalhar as terras. Resultado: não só não se conseguiu o desejado como se atrasou consideravelmente as ocupações e a produção

na base de múltiplas assembleias locais, a quem competirá impulsionar e comandar a própria reforma — sem prejuízo, aliás, do imprescindível curso das associações de classe e de outros órgãos específicos».

provavelmente através do golpe fascista) é a reintegração do processo da reforma dentro do modo de produção capitalista. Do mesmo modo que as comissões de trabalhadores em fábricas só podiam ter um efectivo controlo da produção em moldes socialistas depois de derrubadas as relações de produção capitalistas em toda a sociedade, a Reforma Agrária, enquanto a burguesia estiver no poder poderá ser recuperada e utilizada até na destruição de uma possível aliança operário-camponesa. E para isso terá a burguesia (no caso de solidificar as suas posições) os imensos recursos que são o controlo do aparelho de distribuição e consumo; do crédito; subsídios; etc.

das cooperativas, à espera que as colheitas amadurecessem para finalmente tomar posse da terra. Devido a tal só em 76 os cooperadores começaram a ter produção própria. O que seria autenticamente revolucionário seria a expropriação pura e simples das sementeiras, trabalho e suor dos traba-



lhadores do campo, únicos criadores de riqueza.

Uma vez que os cooperadores não podiam autenticamente tomar conta das terras antes de que as colheitas estivessem completas, o amanhã da terra foi atrasado, já que os proprietários ou rendeiros à espera do que vinha não lavraram, em muitos casos, a área habitual.

4.º — O facto das máquinas não serem expropriadas permitiu aos proprietários sabotarem os cooperadores que quando da ocupação se viam sem os necessários meios de produção com o atraso considerável que tal implicou. Movimentações dos próprios camponeses impediram, muitas vezes, que o gado desaparecesse do mesmo modo.

5.º — Legalmente faz-se a diferença entre o processo de expropriação e o de legalização das cooperativas. Por questões burocráticas e «remodações ministeriais» acontece por vezes que os 2 processos não coincidem no tempo o que depois do 25 de Novembro levou já a ataques às cooperativas na base de que algumas estariam funcionando em propriedades que ainda não tinham sido nacionalizadas.

6.º — A falta de segurança dada

aos cooperadores leva a que os camponeses com menos grau de consciência não queiram ocupar terras e constituir cooperativas apesar de haver terras disponíveis para tal. Preferem, estes últimos, continuar a ser assalariados nas grandes propriedades estatais.

7.º — Uma vez que as cooperativas não tem ainda produção própria, os cooperadores vivem de um crédito de emergência do Ministério da Agricultura que lhes atribui 160\$00 por dia, aos homens, e 120\$00 às mulheres. Este dinheiro será pago ao juro de 6,5% e depois de 25 de Novembro fala-se em subida considerável da taxa de juro e mesmo da paga anual ao Estado de uma certa quantia por hectare. A mesma taxa de juro impera sobre os empréstimos feitos para compra de sementes, adubos e máquinas. Taxa de juro essa que seria utilizada no auxílio económico aos pequenos e médios agricultores do País. Feito à custa dos cooperadores já endividados até aos ossos.

8.º — As expropriações fazem-se indemnizando economicamente os proprietários. Bastardos que nada fizeram na vida e que herdaram de avós e pais, receberão pelo que não lhes pertence. Como me dizia um cooperador da Cooperativa «17 de Maio» — «Vinham para aqui montados a cavalo, nos automóveis com os amigos, e à nossa frente tinham a lata de apontar para os campos e dizer: 'isto fiz eu, eu semeiei aquela seara, etc. Fez

SABOTAGEM — ALGUNS DADOS

— Já vimos como os proprietários tentaram retirar o gado e as máquinas

quem? Nos, trabalhadores. Os pais e avós já comeram à custa da pele dos meus avós e dos meus pais». A lei sobre indemnizações sairia 180 dias depois da Lei da Reforma Agrária. Acabar por sair em Janeiro de 76 numa altura em que as relações de força são favoráveis à direita.

9.º — O facto de não haver ficheiros adequados impede que se possa controlar as áreas possuídas pelo mesmo proprietário em todas as zonas do País. Pode acontecer que o mesmo proprietário tenha propriedades na zona de Alcácer e zona do Cacém sem que isso seja possível controlar. Não há uma coordenação entre os vários centros de R. Agrária que permita o controlo; por outro lado, há indivíduos com propriedades dígitas de 200 hectares mas podem ter rendimentos fabulosos em outras actividades e no entanto não são expropriados por falta da possibilidade de controlo dos rendimentos colectáveis.

As características acima mencionadas: ausência de coordenação e planificação da exploração, permanência dos circuitos de distribuição capitalistas, «ilegalidades» no cumprimento da lei de crédito e subsídios permite a possibilidade da manipulação da Reforma Agrária pela burguesia no poder e tentativa de disciplinar a execução da Reforma Agrária por via administrativa se os cooperadores não definirem uma tática comum de acção nos tempos mais imediatos e desenvolvem a sua organização.

— Os adubos e sementes põem os cooperadores em sérias dificuldades e tem sido a solidariedade entre as cooperativas que tem obstado a maiores prejuízos. As cooperativas com semente em excesso em relação à área arada tem emprestado às demais, em necessidade.

— Apesar de os cooperadores terem créditos para compra de máquinas estas como que desapareceram por encanto no distrito de Setúbal. Em certos «stands» de máquinas chegaram a negar-se à venda de máquinas sob o pretexto de que mesmo as que estavam à vista já estavam vendidas.

— A calibragem de trigo, feita todos os anos pelo Instituto de Cereais em relação com a qualidade do trigo não se fez.

— A cortiça que em 73 estava em média a 120\$00/130\$00 a arroba, passa a 60\$00 a arroba. Antes do 25 de Abril os intermediários que de hábito massacravam os agricultores, ainda quando a cortiça estava na árvore, desapareceram.

— Os intermediários continuam a dominar a compra da produção agropecuária (apesar das tentativas de venda directa às zonas urbanas feitas por comissões de moradores e trabalhadores) com todas as possibilidades de sabotagem que tal implica, principalmente depois do 25 de Novembro.

SINDICATO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS, PCP, E CENTRO DE REFORMA AGRÁRIA

O Sindicato não pode ultrapassar os aspectos reivindicativos salariais. Não pode assumir o papel de controlo directo da produção o que tem de ser feito pelos cooperadores e semente por através das suas organizações e órgãos executivos do poder colectivo em coordenação com os demais órgãos do poder popular. O Sindicato dominado pelo PCP não tem feito nada no sentido de incentivar a construção do poder dos cooperadores.

O Sindicato dos trabalhadores agrícolas em conjugação com os de-

mais sindicatos nacionais, poderia ter usado o seu poder e capacidade de mobilização na destruição dos circuitos de distribuição capitalistas, na destruição dos intermediários através do fomento das vendas directas ao público nas zonas urbanas. Poderia ter incrementado uma efectiva aliança operário-camponesa em torno de interesses comuns de produção e consumo. O Sindicato dos Rodoviários que em determinada altura teria comprado a produção de pimentos à Cooperativa de Casebres abandonou o seu projecto provocando prejuízo considerável à cooperativa. O PCP utilizando a via fácil, que são os circuitos de distribuição e compra do sistema capitalis-

A QUESTÃO AGRÁRIA

ta, pretende atrair as cooperativas em urgência de colocação dos seus produtos, ao mesmo tempo que as pode expor a todo o tipo de sabotagem económica e repressão directa sem que o proletariado urbano se solidarize. Exemplo típico é a empresa de concentrado de tomates em Cacém que congrega à sua volta uma série de cooperativas.

Através da compra do tomate, de vantagens dadas em reparações mecânicas aos cooperadores, de celeiros construídos para guardar o trigo às cooperativas, etc., atrai-se facilmente os cooperadores em necessidade de todo o apoio. A própria fábrica «controlada» pela comissão de trabalhadores, mantém a mesma escala hierárquica de depender e salários que antigamente. Os trabalhadores não tem de facto intervenção no controlo da sua própria produção. As cooperativas através da influência que o PCP pode ter em certos sectores locais do aparelho de Estado vão tendo certa facilidade na colocação dos outros produtos que não sejam tomate. Mas com a actual relação de forças no campo político-militar que acontecerá se o PCP perder as suas posições nesses sectores? A alternativa revolucionária está na ligação cidade-campo, através das organizações dos trabalhadores urbanos e rurais, fora dos circuitos capitalistas. O Centro de Reforma Agrária de Alcácer, apesar de ser constituído por um

amplo sector progressista não tem conseguido levar para diante uma actividade consequente, fora das malhas burocráticas da própria Lei da Reforma Agrária. Falta de carros, de gasolina, de material, de técnicos, de quadros humanos que agitassem e dinamisassem a coordenação das cooperativas, a planificação da produção e colocação de produtos etc... E isto tudo já fora dos poderes atribuídos ao próprio centro. «Ao Centro faltam-lhe poderes» como dizia um cooperador. O Centro teve um papel relevante na planificação das ocupações mas no entanto o facto de se tratar de uma unidade do próprio aparelho de Estado determinou limitações importantes na sua actuação e que não podiam ser ultrapassadas dentro da própria estrutura legal do Centro. De qualquer dos modos a sua actuação foi em Alcácer suficientemente grande para que se verifique uma certa perda de capacidade de iniciativa dos cooperadores que na maior parte dos seus problemas esperam e desejam uma intervenção do centro o que tem levado a reflexos extremamente negativos no desenvolvimento da organização autónoma dos trabalhadores, já que como Centro da Reforma Agrária a instituição não se pode substituir a uma organização política nem poderá como estrutura legal ser o elemento dinamizador da destruição das relações de produção capitalistas no campo.

mo se tem passado com o gado, existindo sempre a possibilidade de troca entre os cooperadores.

Os preços de venda dos produtos agrícolas, em especial hortícolas, que se tem feito fora dos circuitos habituais directamente às Comissões de Moradores tem sido os mesmos para todas as cooperativas. Não se tem registado nenhuma actividade competitiva entre as cooperativas na zona de Alcácer.

Os próprios cooperadores tem participado e estimulado as reuniões com Comissões de Moradores e Trabalhadores da área de Setúbal no sentido da venda da sua produção agropecuária, directamente ao consumidor.

Isto demonstra bem o grau de consciência do camponês alentejano, pois apesar de em princípio o principal benefício de tal venda reverter para o consumidor (excluídos os intermediários) o cooperador está interessado na mobilização dos consumidores à volta de interesses económicos comuns. A aliança operária-camponesa, a aliança entre produtores e consumidores passa pela organização colectiva dos mesmos à volta de interesses reais e concretos. Por impossibilidade económica e ausência de organização regional há determinados projectos que ainda não tem possibilidade de passar à prática: criação de matadouros para que a carne chegue directamente ao consumidor a preços sensi-

velmente mais baixos; criação de lagares pela mesma razão com respeito ao azeite; cantinas nas cooperativas para compra de produtos manufacturados produzidos na cidade; criação local de possibilidade de armazenamento dos cereais etc... É evidente que por necessidades técnicas, de materiais, de transportes, de organização, os camponeses estarão, em extremo dependentes da classe operária para execução dos seus projectos. É o seu projecto não poderá ser realizado integralmente a nível local se a nível nacional a burguesia continuar no poder oprimindo e explorando as classes produtoras. A estas formas de organização incipientes e projectos ideais a burguesia tentará opor as suas possibilidades de repressão, sabotagem económica e dominação ideológica como vimos em Rio Maior. No entanto se o projecto estratégico dos produtores continua e continuará a ser a tomada do poder para destruição da opressão a exploração em que vivem, é evidente que do ponto de vista táctico se tem de andar para diante com as organizações do poder popular criando à volta de necessidades correctas e reais os órgãos embrionários do poder futuro que substituirá o aparelho de Estado burgues e que no presente sabotará as possibilidades de solidificação do aparelho de Estado burgues criando as condições efectivas para a tomada do poder.

COOPERATIVA — REVOLUÇÃO SOCIOCULTURAL

As cooperativas apesar de não terem atingido um nível de coordenação e interligação orgânica elevado, tem demonstrado na sua prática, espontaneista até à data, o que pode vir a ser a sociedade do futuro nos campos, se se atingirem formas concertadas de organização em torno da produção, distribuição e consumo e formas organizativas de colaboração com o operariado das cidades.

As cooperativas com maiores possibilidades mecânicas tem ajudado as demais com carencia de instrumentos de produção. É usual que os cooperadores de uma zona se desloquem a outras cooperativas para ajudarem ou no cultivo das terras ou na apanha da azeitona. Não recebem qualquer recompensa dos cooperadores a quem vão ajudar. Nas cooperativas não existe trabalho assalariado. Os cooperadores que hoje foram ajudados, ajudarão amanhã os demais que de tal necessitem. Entre os cooperadores discute-se a necessidade de todos os cooperadores da região terem direito à mesma parte do resultado da venda da produção. Não se aceita qualquer hierarquia de salários ou de poder dentro da própria cooperativa assim como em toda a região. A única excepção em estudo, são os maiores de gado que tem o trabalho mais exaustivo e que por tal receberiam uma parte mais elevada da produção colectiva. Para que a possibilidade de todas virem a ter a mesma remuneração e as mesmas possibilidades económicas seja real, cooperativas mais ricas terão de contribuir em maior escala para um fundo comum. As questões da igualdade social tem levado cooperadores a pensarem em esquemas de distribuição entre os cooperadores de acor-



do com o número de elementos do agregado familiar dependente economicamente do produto e número de elementos que do mesmo agregado familiar trabalham na cooperativa.

Entre homens e mulheres continua a existir a uma certa discriminação. O «slogan» da maior parte dos cooperadores é: a Produção igual salário igual. Limitados pelos afazeres domésticos será rara a mulher que conseguirá atingir o mesmo nível de produção do homem.

Perante a sabotagem feita pelas Comissões Liquidatárias dos Grêmios da Lavoura no fornecimento de sementes e adubos os cooperadores estiveram a certa altura dispostos a ocupar a ponte do Tejo em protesto. Por falta de organização não se levou o projecto para diante. Entre as cooperativas a solidariedade tem-se manifestado no empréstimo de sementes e adubos entre as cooperativas de acordo com possibilidades e necessidades. O mes-

LIGAÇÃO CAMPO-CIDADE MARGEM DE MANOBRAS DA ESQUERDA?

Já vimos atrás como o P.C.P. através do seu poder nos sindicatos e influência nas cooperativas poderia levar para diante uma prática revolucionária optando pela sabotagem dos circuitos de distribuição capitalista, optando por uma ligação directa entre produtores agrícolas e consumidores das zonas urbanas de predominância operária ou pequeno-burguesa. Fazer isso ou tentar, levaria no entanto ao estabelecimento de um duplo sistema económico de distribuição que a nível local só poderia encontrar solução se a nível nacional se quisesse radicalmente por em cheque o poder da burguesia. Implicaria movimentações e organização a nível nacional até para evitar conflitos entre várias zonas geográficas agrícolas do país. Seria necessário generalizar essa prática a todo o lado onde fosse possível. Seria necessário mobilizar as cooperativas em solidariedade com as comissões de trabalhadores e vice-versa. Ora o P.C.P. se não fez tal antes, não o fará agora quando as relações de força lhe são desfavoráveis. O P.C.P. utiliza todo o seu poder e influência nos campos para que as cooperativas se possam vir a recuperar pelo sistema capitalista, para que as cooperativas se integrem nos circuitos de distribuição e consumo capitalistas.

Depois do 25 de Novembro, o poder central e os partidos políticos da coligação, em especial o P.S. tem, claro, defendido a Reforma Agrária ainda que provavelmente seja limitada a certas zonas geográficas do país (pudera que fariam no Sul?) e passe a ser feita seguindo «escrupulosamente» a lei à qual se juntarão alguns parágrafos mais. Atrás já vimos o que

pode determinar a aplicação «escrupulosa» da lei. O P.S. joga na recuperação das cooperativas pelo sistema e na possibilidade do controlo que pode assumir através dos sectores parasitários intermediários e do poder de Estado reconstruído.

A esquerda tem assim uma margem de manobra estreita mas que poderá ser enormemente frutuosa devido aos interesses em causa, especialmente quando o preço do custo de vida sobe astronomicamente.

Através da venda directa da produção aos consumidores (o que terá de ser assegurado de modo regular) estes últimos serão mobilizáveis em qualquer ataque que se tente às cooperativas. A erradicação dos intermediários levará a benefícios comuns para produtores e consumidores. Até à data dos produtores tem visto os seus produtos em especial os hortícolas e os frutíferos deteriorarem-se pela impossibilidade de colocação. Isto não só tem limitado as suas capacidades de cultivo como também os pode levar no futuro a serem recuperados pelas facilidades de compra imediata que o sistema lhes pode oferecer. Até à data as organizações de esquerda e comissões de trabalhadores tem tentado como emergência colocar produtos nas grandes fábricas, nos grandes refeitórios e hospitais. É evidente que a solução só pode ser de recurso pois nesses locais é o próprio sistema, o próprio dono do refeitório, que ganha comprando a preços mais baratos (quando as Comissões de Trabalhadores não conseguirem impor a tabela oficial de preços) e vendendo aos operários ao mesmo preço. De resto, será essencialmente pelo consumo privado de cada agregado familiar que nas zonas urbanas se tomará consciência da solidariedade de interesses existentes entre produtores e consumidores.

LIBANO— A tática do imperialismo no Médio Oriente



Beirute: a guerra civil

Será a guerra do Líbano uma guerra religiosa?

Será uma guerra entre libaneses e palestinianos?

Para já, pode-se afirmar que não se trata nem de uma coisa nem de outra. É sim uma guerra civil entre classes que defendem interesses bem diferentes.

Nas respostas a estas perguntas, está implícita a dimensão exacta do problema libanês e as suas implicações além-fronteiras.

Mas é preciso conhecer os porquês. E como se afirmou que de um conflito entre classes se trata há que conhecê-las e aos interesses que estão em jogo.

Apesar de ter perdido no Vietname, o imperialismo não deixa de actuar, de um modo ou de outro, noutros pontos do globo de grande importância estratégica.

Em Chipre conseguiu uma meia vitória apesar de em consequência ter arranjado problemas entre países como a Grécia e a Turquia (em princípio seus aliados) que lhe poderão vir a sair caros a curto prazo. Na península Ibérica nada está ainda definido, mas para já, e apesar do imperialismo investir nesse sentido será muito difícil estabilizar a situação nos tempos mais próximos.

África, é outro ponto quente, onde as coisas não estão a correr muito bem (para o imperialismo, claro!). Uma intervenção directa é uma possibilidade. No entanto o passado — recente do Vietname é um impecilho

grade sobretudo por causa das reacções fortemente prováveis da opinião pública mundial. Jogar numa intervenção activa mas indirecta, é a tática a adoptar. É o que faz neste momento por todo o lado e como pode. Mas em África está-se a sair um bocado mal pois as suas pontas de lança (FNLA, UNITA, África do Sul, Zaire) têm sofrido pesadas derrotas.

No Médio Oriente, tem neste momento o Líbano. Depois do conflito israelo-árabe era preciso encontrar por todos os meios um aliado activo de Israel. Mas ao mesmo tempo tinha que procurar neutralizar o inimigo — a resistência dos palestinianos. Para isso o Líbano reúne condições ideais: possui uma burguesia forte e organizada — portanto facilmente mobilizável para os objectivos em vista — e além disso, e sobretudo, é dos poucos países do Médio Oriente onde a resistência palestinianiana conseguiu levantar solidamente os seus campos de treino e de acção. Mas não há rosas sem espinhos. E os espinhos são precisamente a esquerda libanesa que tem conseguido neutralizar política e militarmente todas as investidas da extrema-direita. Esta procurou desde o início transformar o conflito num problema religioso, ou melhor, entre religiões, para conseguir o apoio directo e à luz do dia dos países ocidentais. O Vaticano e a França pode-se dizer que responderam ao apelo. Outra coisa não seria de esperar quando as coisas são postas em termos como o de combate aos infiéis... Voltamos

ao tempo das cruzadas. Só que agora há mais armas, mais informação (e desinformação), mais possibilidades de esclarecer as pessoas. A extrema direita no Líbano é composta por grupos organizados de «ultras» «maronitas» e por grupos de cristãos. Efectivamente a diferenciação no Líbano em classes passa pelas opções religiosas. Assim há que constatar a existência de uma maioria muçulmana, relegada desde a época colonial turca e anglo-francesa para segundo plano, em favor de uma burguesia maronita detentora do Poder.

Na periferia de Beirute juntaram-se os «chiitas» deserdados do Sul aos palestinianos em bairros de lata miseráveis que formam a cintura da capital. As contradições são enormes: à miséria dos muçulmanos (chiitas, palestinianos) nos bairros de lata periféricos, opunha-se o luxo, ostensivo dos maronitas (a classe dominante).

A ofensiva da direita começa a bem dizer no momento em que no Cairo são assinados os acordos entre o Governo libanês e a resistência palestinianiana, isto em 1969.

É efectivamente a partir dessa altura que a burguesia maronita começa a actuar com objectivos bem precisos, que tenta alcançar progressivamente. Primeiro havia que se consolidar a nível do poder. Consegue-o de certo modo ao colocar 6 ministros no Governo. Segundo, expulsar ou neutralizar a resistência palestinianiana no Líbano, cuja presença é uma ameaça permanente para Israel. Terceiro, no caso dos dois objectivos anteriores não se realizassem, instaurar o «Pequeno Líbano» ou a «República do Cedro», um género de Israel maronita. É, contudo, em três partes que o Líbano se poderia dividir: o «Monte Líbano» para a burguesia maronita, o Líbano do Norte e o Bekaá que ficariam sob o domínio árabe e finalmente o Líbano do Sul que «anexado» por Israel permitiria a este fazer recuar a resistência palestinianiana para sítios onde fosse mais vulnerável. E vontade não lhe falta...

Vendo assim o problema, poderemos encontrar explicação para as quantidades enormes de armamento que todos os dias desembarcam no porto de Jounieh, que está sob o controlo da direita.

Os verdadeiros responsáveis de conflito são: o presidente Suleiman Frangié, o ministro do Interior Camille CHAMOUN; O CHEFE DOS FALANGISTAS Pierre Gémayel e o superior dos monges maronitas Charbal Al-Kassis.

Este último afirmaria em Outubro de 1975: «... o libano encontra-se sob uma ocupação de facto. Grandes par-

tes do seu território escapam à soberania do Estado () e estão sob o domínio das organizações palestinianas e dos que as apoiam. Reside aqui o principal razão do conflito que para o Líbano já se transformou em guerra civil, com a ajuda de Israel e os seus bombardeamentos «preventivos». Qual a posição das organizações palestinianas? A OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e o ALP (Exército de Libertação da Palestina) têm aparecido com moradores e os principais dirigentes palestinianos têm defendido a necessidade de se chegar a uma solução política para o conflito, que terá que passar pela preservação da unidade e soberania do povo libanês e do seu território.

Essa solução política só a nível internacional poderá ser encontrada. Enquanto se mantiverem as fontes de armamento da direita, esta continuará a existir.

E não parece muito provável que Israel retroceda nas suas posições. No entanto, há que ter em conta que todas as tentativas de repartição do Líbano falharam no passado, porque encontraram pela frente uma forte unidade dos árabes. Essa unidade não é propriamente entre «emires», donos do petróleo e de países, mas sim uma unidade na acção entre forças progressistas e revolucionárias do mundo árabe.

Como na África, em relação a Angola assistiremos possivelmente também ali, como consequência do conflito libanês, a um reajustamento de posições favorável à resistência palestinianiana e à esquerda libanesa. Aliás, a sua força e sobretudo a capacidade de luta são bem conhecidos de toda a gente em todo o mundo.



Gemayel, o patrão da falange

R.P.M.

COMISSÃO DE LUTA

Perante o avanço de direita, perante toda a repressão que principalmente nos últimos dias se tem feito sentir sobre as massas trabalhadoras, a Comissão de Luta do ex-R. P. M., continua desmascarando, denunciando, todos os excessos até agora cometidos pelo actual Poder.

Datado de 3 de Janeiro, saiu o comunicado nº 5 da Comissão de Luta do qual destacamos excertos pela sua importância, e no qual se vem declaradamente que estes camaradas estão dispostos a ir até ao fim na sua luta contra a repressão, contra a burguesia.

Depois de mais uma curta análise sobre o golpe de 25 de Novembro que logicamente é considerado golpe de direita com recuperação pelas forças fascizantes do processo político português, e depois de um breve relato da repressão generalizada que se tem verificado a nível militar desde o dito golpe, diz o comunicado da Comissão de Luta: «Também os pesados aumentos de preços anunciados ao País pelos responsáveis da «governação» não deixam dúvidas aos trabalhadores sobre as duras condições de vida e de exploração que a burguesia não desiste de lhes impor.

Mas para isso, precisa a burguesia de dispor de um aparelho repressivo — forças militares e militarizadas que sejam cão-de-guarda e sustentáculo fiel do regime capitalista» (...)

(...) No que respeita ao R. P. M., cumpre-nos denunciar:

- a) A prisão arbitrária de tres camaradas milicianos pelos Comandos da Amadora, tendo sido ali submetidos a brutal espancamento e a pressões psicológicas com a finalidade de os obrigarem a assinar uma declaração de responsabilidade pela morte dos Comandos durante o traiçoeiro assalto ao nosso Regimento.
- b) Os interrogatórios pidescos a que os soldados foram individualmente submetidos, com ameaças de averbamento na caderneta militar da sua expulsão do Exército por «maus serviços prestados à Pátria», com perda de direitos civis e políticos por um período de 2 a 5 anos e impossibilidade de emprego em serviços públicos e empresas nacionalizadas.
- c) O convite feito pelo novo «comandante» aos ex-PMs, e que teve da parte de camaradas nossos uma pública e merecida resposta ao recusarem fazer parte de um regimento de mercenários, ao repudiarem o pretensão comando e ao lembrarem que os soldados devem estar sempre ao lado do povo.

Este «convite» foi já, no entanto, aceite por cerca de 200 marginais e alguns ex-soldados, vítimas das sub-condições de vida criadas pelo desemprego característico do sistema capitalista. O «actual comando» já declarou a sua intenção de formar a Associação de ex-PMs à semailhança da Associação de ex-«comandos», a qual recrutava mercenários para o AMI e o ELP.

E esta a acção que tem vindo a ser desenvolvida pelo actual «comandante», Ten.-Cor. Almeida Brito (seus lacaios e «bufos»), «homem» da confiança do regime fascista durante o qual prestou «largos e relevantes serviços» a PSP e que se tem distinguido pelo clima de terror que tem criado no R.P.M., indo ao ponto de ameaçar e agredir os militares que lá prestam serviço.

4. A par de todas estas infames medidas, continuamos a assistir a uma vasta campanha de informações falsas e caluniosas através dos órgãos de comunicação social estatizados e dum certa Imprensa privada fascizante, contra o R. P. M. e os seus militares, aqueles que em estreita aliança com outros sempre se esforçaram por apoiar as massas trabalhadoras em luta pelos seus mais elementares direitos.

Depois de todas as denúncias atrás apresentadas, os militares da Comissão de Luta apresentam alternativas de luta, apelam à organização dos trabalhadores.

(...)»

5. Em face de todas estas manobras, a Comissão de Luta do R. P. M. apela a todos os camaradas soldados e marinheiros para que se organizem e continuem a dura luta pela democratização da vida nos quartéis, contra os oficiais militaristas e fascistas, e para que unam a sua luta à luta da classe operária e de todos os explorados pela melhoria das suas condições de vida, contra o fascismo e o capitalismo.

Neste momento em que um forte movimento popular se desenvolve e se une em apoio à justa luta pela libertação imediata dos militares progressistas presos, queremos reafirmar a nossa total adesão e solidariedade a essa luta e a nossa vontade de continuar a lutar até à vitória final.

LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS MILITARES ANTI-FASCISTAS PRESOS MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR NÃO À PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO NÃO À MENTIRA, CONTRA A FALSA INFORMAÇÃO OPERÁRIOS E CAMPOSESES, SOLDADOS E MARINHEIROS UNIDOS VENCEREMOS

3 DE JANEIRO DE 1976

A COMISSÃO DE LUTA...

AS ORDENS DE PIRES VELOSO FORAM CUMPRIDAS

Dois dias antes dos acontecimentos de Custóias, Pires VELOSO chamou ao Quartel-General o comandante da GNR.

Motivos: — instruções próprias para o efeito...

No seguimento disto, o comandante da GNR reúne, na parada do Quartel do Carmo, os seus «homens».

Categoricamente ordenou:

— «Meus senhores daqui em diante, não se atira para o ar, é mesmo entre os olhos, pois estamos protegidos por um escudo invisível!...»

No dia 1 de Janeiro, em Custóias, o piquete de segurança da GNR constituído pelos melhores atiradores desta força militarizada falharam em alguns centímetros o centro do alvo pedido pelo comandante. No entanto não pouparam e não falharam o objectivo. Os trabalhadores viram e não esquecem as ordens destes senhores. Tomem muita atenção a isto, brigadeiros e comandantes fascistas deste país...

A QUESTÃO AGRÁRIA

Continuação da pág. 12

colaboração tem que ser feita nos bairros, nos mercados através dos pequenos comerciantes, etc... As Comissões de moradores e trabalhadores terão que rápida e organizadamente fazer ou tentar fazer o levantamento das necessidades urbanas e coordenar-se com eventuais secretariados que irão aparecer ao nível das cooperativas. Terão que tentar dar assistência material principalmente no respeitante a transportes, aos seus irmãos camponeses, na colheita de produtos como azeitona, etc...

A esquerda terá, do ponto de vista político, que combater as tentativas de recuperação pelo poder político central e de colaboração por parte do P.C.P. com o capital. Do ponto de vista organizacional isso implicará alternativas concretas para fins concre-

tos; mobilização dos sectores urbanos e fabris; inversão de militância a níveis superiores aos actuais; capacidade no que diz respeito a transportes; capacidade de aliar ao processo os pequenos comerciantes e sectores da pequena burguesia que beneficiarão economicamente; unidade de acção entre as várias organizações de esquerda; propaganda, etc...

Um outro ponto importante que se tem verificado é a fixação de certos sectores do operariado, especialmente construção civil, no campo, desde que as cooperativas se criaram. Os cooperadores em certas zonas e depois de solidificaram a sua organização estariam dispostos a aceitar entre si mais camaradas operários.

No próximo número do «Revolução» virá um estudo da actividade produtiva dos cooperadores da zona de Setúbal.

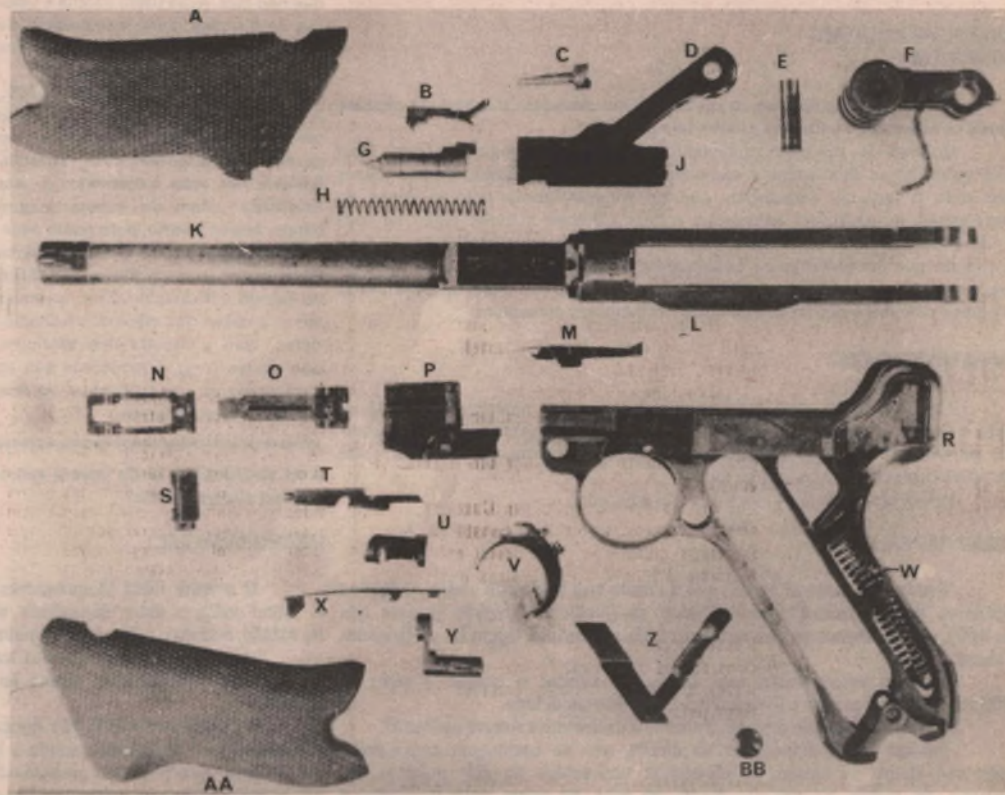
A ARMA

Depois de um intervalo "Revolução"
volta a trazer armas... em fotografia



Parabellum, calibre 9 mm modelo militar, de 1908

PARABELLUM CALIBRE 9 mm (FABRICAÇÃO ALEMÃ)



- A e AA — Punho
 B — Extractor
 C — Percutor
 D — Articulação da corredeia
 E — Eixo da articulação
 F — Manobrador da corredeia
 G — Percutor
 H — Mola do percutor
 J — Culatra (bloco da)
 L — Corpo da corredeia
 M —
 N, O, S, T — Aparelho de pontaria com alça graduada (só existe num modelo de 1908/14)
 P — Placa de blocagem do gatilho
 R —
 U — Perne de prisão do carregador
 V — Gatilho
 W — Mola do cão
 X — Ejector
 Y — Alavanca de desmontagem
 Z — Patilha de segurança

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES. POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO. UNI-VOS!

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

UNIDADE CHE GUEVARA UNIDADE DO CAMPO E DA FÁBRICA

Em Mértola, os trabalhadores rurais resolveram solucionar o problema dos instrumentos agrícolas de que necessitam para o seu trabalho, constituindo uma unidade de produção integrada agrícola e industrial, que tomou o nome Che Guevara. Nessa unidade o trabalho agrícola da Cooperativa é conjugado com o trabalho industrial de oficinas da região. Trabalhadores rurais e operários encontram-se irmanados na mesma luta concreta que leva a uma compreensão muito mais profunda a necessidade de unir os trabalhadores da fábrica do campo.

Sabemos que noutros locais se procura o mesmo tipo de conjugação de esforços e que ainda esta semana os trabalhadores rurais da cooperativa de Reguengos se deslocaram à Setenave onde foram muito bem recebidos pelos trabalhadores dessa empresa os quais desejam também encetar um trabalho comum com os trabalhadores do campo.

PESCADORES DO ALGARVE AMEAÇAM DE GREVE

Perante a ameaça do gasóleo subir de preço tal como aconteceu à gasolina os pescadores do Algarve já tomaram uma resolução — a greve. Como se sabe os barcos de pesca tem motor a gasolina e a subida deste produto teria consequências terríveis sobre uma coisa que já está muito cara — o peixe.

Prevendo isso os pescadores do Algarve iniciaram um movimento que começou em Vila Real e alastrou ao resto da provincia mantendo-se firmes na resolução de greve.

QUANDO AS MULHERES COMBATEM

Na Gelmar, no Algarve as mulheres demonstraram que são tão capazes como os homens de enfrentar os seus inimigos.

Quando as mulheres trabalhadoras resolvem organizar-se para lutar são aguerridas e combatentes como tem demonstrado nestes últimos meses por todo o lado. A acrescentar que no Algarve, como noutras zonas de pescadores, as mulheres, habituadas a ficar sózinhas a tomar conta da casa e do trabalho, endurecem na luta e ganham independência. Desta vez foi a Gelmar que as mulheres se organizaram e impediram a entrada dos novos administradores nomeados, conhecidos membros do PS. Para tal puseram-se à porta e pela força não permitiram que tais senhores entrassem.

DIA 15 EM RIO MAIOR

Dia 15 às 24 h, será a data limite posta pelos agrários de Rio Maior para a satisfação das suas reivindicações... É portanto nessa altura que passarão ao cumprimento das ameaças postas as ameaças são as habituais, corte de luz e abastecimentos a Lisboa, etc.

Terão força para fazer cumprir estas ameaças?

BRIGADAS SALAZAR

Desde que existem as BR, que a direita tem inventado várias «brigadas». Houve-as já com vários nomes. Houve as Humberto Delgado (consta que do PPD), que actuavam ou ameaçavam actuar no Norte. E agora há as Brigadas Salazar.

Primeiros actos dessa organização de direita: o ataque à sede da UDP em Braga e o ataque à livraria Vítor Sá na mesma cidade.

Diremos porque não também o ataque à Cooperativa Árvore no Porto?

Perante estas actividades de direita, que se conjugam com o poder (não são vistos os carros de elementos conhecidos do ELP próximo dos quartéis de certas cidades do Norte, ao jeito de quem está lá dentro a

Um jornal diário «O Comércio do Porto», faz descaradamente uma entrevista a Spínola como leader do M. D.L.P. O à-vontade com que este jornal publica a entrevista durante dois dias, com que dois jornalistas orgulhosamente mostram a cara ao lado de Spínola e de Alpoim Calvão, a cumplicidade implícita nos «encontros» e «contactos» havidos em Espanha para chegar ao chefe do Movimento.

Acontece que Spínola, nessa entrevista preparado cuidadosamente pela mão hábil de quem pensa com um serviço de «inteligencia» por trás (ou seja um serviço internacional de espionagem), dissecar a situação portuguesa e põe a claro as suas intenções.

É assim que ressalta que para a instauração da «democracia» de Spínola (leia-se fascismo) ele diz necessitar de condições técnicas para a exercer. Estas condições são a reorganização das F. A. em termos de defesa da burguesia (Aliás ele lamenta a sua fragilidade); e é, evidentemente, a constituição duma Polícia política, que não tem. Aliás disso centua e valoriza as eleições como a expressão da vontade popular. O resultado delas conhecemo-lo nós de avanço é tão certo ser a direita (C.D.S., P.P.D.) a ganhar, como foi certo ser a social-democracia (P. S.) o ano passado. A burguesia está, portanto, limitada nos seus movimentos a esta fatalidade — tem de esperar algum tempo, pouco é certo, para poder exercer de pleno direito o seu domínio. Para poder ir a cavalo no aparelho de Estado e desnacionalizar, arrancar terras e casas das mãos dos trabalhadores, com a espada dos senhores, que nestes tempos modernos são as metralhadoras, os tanques e os serviços da Polícia secreta.

A verificação deste tempo de espera necessário à burguesia leva-nos ao raciocínio de que os trabalhadores na sua tática terão que observar duas condições: por um lado ganhar esse mesmo tempo, organizando-se e armando-se; por outro lado chegar ao reconhecimento de que só pela violência é possível derrubar o Poder, que entretanto é pela força que se organiza e pela violência que se impõe.

E enquanto que as massas reconhecem largamente e todos os dias que só pela força o Poder cairá, já não é tão fácil passar desse estado de consciência a um estado mais avançado, que leva à organização. E neste momento os trabalhadores podem ter como certo que ou se organizam ou serão derrotados. Porque podem haver movimentações de trabalhadores rurais, protestos e movimentações em relação ao aumento do custo de vida, poderosas revoltas contra a carestia, contra a repressão, contra o despedimento. Se tudo isso não se transformar em organização, a batalha será perdida. Porque a burguesia essa organiza-se.

Nas próximas semanas veremos qual a força dum lado e qual é a força do outro, porque decerto que as movimentações próximas tentarão romper o dique, que foi estabelecido pelo clima criado pela repressão.

Veremos também que surpresas nos reserva o actual Poder. Estará o P. P. D. disposto a passar à oposição para queimar definitivamente esta fôrme de Governo até às eleições? E os outros partidos que mais tralhuices que farão? E estes restos do M. F. A. que farão do Poder que têm.

Seja como for uma coisa é certa: este Poder e a refriada mistificação que ele constitui não durará mais que um fósforo.

fazer reuniões?...), ainda haverá quem pense que a burguesia se deixa derrotar pela via «democrática»?

DISCIPLINA NO RAC

O célebre RDM (Regulamento de Disciplina Militar) volta a ser cartilha. A moral volta a estar depositada no brilho das botas ou no comprimento do cabelo, ou seja o militarismo regressa ao quartel.

Esta moral dos sapatos, dos trajos ou do cabelo é habitual nos regimes fascistas ou afascistados. Assim foi na Grécia com os coronéis assim foi no Chile.

Os soldados do RAC são agora vítimas do RDM. Estão a ser obrigados a apresentar-se de cabelo cortado e segundo o regulamento até segunda-feira, dia 12. Irão resistir a esta prepotência ou vão ceder? Não podemos esquecer que este Regimento foi enfraquecido por um grande saneamento.